

ATA Nº. 04

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Faro e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas 21.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em sessão ordinária, sob presidência do Presidente da Assembleia, Luís Miguel da Graça Nunes, com a presença da 1.ª Secretária, Ilda Maria Lita Pereira da Silva e do 2.º Secretário, João Manuel Bento Mota Lopes, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

- 1 – Período Antes da Ordem do Dia;
- 2 – Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público;
- 3 – Apreciação, discussão e votação da proposta apresentada pelo Executivo municipal relativa à afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno (MARF – Mercado Abastecedor) – Proposta n.º. 13/2018/CM;
- 4 – Nomeação de um representante de cada partido, coligação, ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal, no Conselho Geral da FAGAR;
- 5 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2 do art.º. 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

A Primeira Secretária procedeu então à chamada, verificando-se que estavam presentes os seguintes membros:

Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD); Luís Miguel da Graça Nunes (PS); Ilda Maria Lita Pereira da Silva (PS); Pedro Gonçalo Custódio Valente (CDS); Carlos Alberto (PS); Manuel Francisco Botelho Agulhas (CDU); Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); Ana Lúcia Silva de Passos (PS); José Vítor da Silva (PSD); Fernando Manuel Correia Marques (PS); Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira (BE); Susana Cristina da Silva Joaquim (PS); Catarina Alexandra Matos Marques (CDU); Nuno Filipe de São José Esteves (PSD); João Manuel Bento Mota Lopes (PS); Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD); Carlos Manuel Vargas Santos (PS); Manuel

Eurico dos Santos Mestre (MPT); Maria Manuela Palmeira Neto (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Bruno Gonçalo de Azevedo Lage (PSD – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Steven Sousa Piedade (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Viegas Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente dos Santos Martins (CDU – Presidente da Freguesia de St^a. Bárbara de Nexe).

Não estavam presentes:

Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte (PSD); José Apolinário Nunes Portada (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); Rita Maria de Carvalho Salgado Garcia e Costa (PSD); Dora Sofia de Oliveira Ferreira de Melo (CDS) e Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN).

*Foram presentes os seguintes pedidos de **justificação de falta e substituição**.*

- Do membro do grupo municipal do PSD, Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte, um pedido de suspensão do mandato na presente reunião, por motivos profissionais, tendo sido substituído pelo elemento a seguir na lista do Partido Social Democrata, Berta Paula Brito Cruz Silva Dias.

- Do membro do grupo municipal do PS, José Apolinário Nunes Portada, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos profissionais, tendo sido substituído pelo elemento a seguir na lista do Partido Socialista, Luís Miguel Neves.

- Do membro do grupo municipal do PSD, Teresa Alexandra Viegas Correia, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos profissionais, tendo sido substituída pelo elemento a seguir na lista do Partido Social Democrata, Tiago Botelho Silva.

- Do membro do grupo municipal do PSD, Rita Maria de Carvalho Salgado Garcia e Costa, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos pessoais, tendo sido substituída pelo elemento a seguir na lista do Partido Social Democrata, Marta Gabriela Gomes Correia, que após **tomar posse**, tomou lugar na respetiva bancada.

- Do membro do grupo municipal do CDS, Dora Sofia de Oliveira Ferreira de Melo, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos profissionais, tendo sido substituída pelo elemento a seguir na lista do CDS, Carlos Miguel Cruz Teixeira.

- Do membro do grupo municipal do PAN, Paulo Sérgio de Jesus Baptista, um pedido de substituição na presente reunião, por motivos pessoais, tendo sido substituído pelo elemento a seguir na lista do PAN, João Lúcio Martins Beles.

Estavam presentes junto à Mesa:

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Rogério da Conceição Bacalhau Coelho e os Srs. Vereadores, Sophie Matias, Adriano João Leal Cardoso Guerra, Carlos Jorge Matias Gonçalves Baía; bem como os Vereadores António Paulo Jacinto Eusébio, Dália da Conceição Paulo, Carlos Miguel Bento Sengo da Costa e Carlos Pedro Sousa Gordinho.

Dado existir quórum, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião.

O Presidente da Assembleia Municipal – «Muito boa noite a todos. Quero saudar o Sr. Presidente da Câmara e todos os membros do Executivo municipal. Quero saudar todos os membros que constituem esta Assembleia Municipal, assim como os funcionários que dão o apoio. Quero saudar todas e todos os farenses que se encontram hoje nesta sala.

Eu passava a ler, antes de mais, a convocatória desta sessão ordinária:

“Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do Regimento e artigo 27.º da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de setembro, convoco para uma sessão ordinária desta Assembleia Municipal, a realizar no dia 19 de fevereiro, pelas 21.00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Período Antes da Ordem do Dia;
- 2- Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público;

O ponto n.º 3 foi retirado a pedido da Câmara Municipal de Faro.

3- Nomeação de um representante de cada partido, coligação, o grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal, no Conselho Geral da FAGAR;

4- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c), do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”

Assina a convocatória a Primeira Secretária, Ilda Silva.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – Ponto de ordem à Mesa – «Eu queria dizer ao Sr. Presidente que, para não acontecer aqui o que já aconteceu no passado, em que estamos aqui a discutir uma série de moções, era bom que se houver alguns deputados que por interesses pessoais ou particulares não possam participar na discussão das moções, que o digam logo, que é para depois no meio da discussão e na altura da votação, se ausentarem desta sala por não poderem votar. Tenho dito.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Fica então esse ponto, não cabe à Mesa definir quem sai ou quem fica, desde que haja quórum a Mesa não se pronuncia sobre quem sai da reunião.

Antes de passar a palavra à bancada do Partido Social Democrata, para o Voto de Pesar, queria perguntar se ninguém se opõe à Ordem de Trabalhos que foi lida, ou se dada a composição da sala hoje, com muito público, se podemos passar o público para primeiro ponto.

Portanto, eu punha à consideração dos membros da Assembleia, se dada a presença de tantos munícipes, podemos fazer essa troca. Mas isso depende do acordo unânime das bancadas.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente, boa noite.

Na conferência de representantes, nós efetivamente aprovámos para esta Assembleia, de forma diferente do que tinha ocorrido na Assembleia anterior, a passagem da intervenção do público para o ponto dois da ordem de trabalhos. Naquela altura, efetivamente, não tinham dado entrada moções nos serviços da Assembleia Municipal. Dá-se o caso de a

Câmara até ter retirado o seu único ponto que trazia a esta Assembleia. Eu julgo que deveríamos manter a ordem tal como ela está.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Eu não vou alterar a ordem de trabalhos. A partir deste momento, havendo oposição de uma bancada não farei isso, mas se quiser eu dou-lhe a palavra...»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Eu compreendo, desde que haja aqui uma oposição por parte de um membro de uma das bancadas, que não se altere a ordem de trabalhos, mas também não é virgem que não se tenha alterado.

Agora, há uma coisa que ao longo destes últimos anos tem-se vindo a sustentar sempre que há público... e de facto está aqui muito público. E as intervenções que o público irá fazer aqui esta noite nada têm a ver com os pontos da Ordem de Trabalhos que estão aqui. As intervenções do público não têm nada a ver com a ordem de trabalhos que nos foi comunicada.

Da nossa parte, era de bom-tom que se desse a palavra ao público em primeiro lugar, porque nós temos aqui uma série de moções e isto pode-se arrastar até às onze horas ou meia-noite, com a discussão das moções.

Esta é a minha opinião, que se devia dar em primeiro lugar a palavra ao público.»

O membro da AM, Botelho Agulhas (CDU) – «Em primeiro lugar, muito boa noite. Considerando o número de pessoas que aqui está, considerando que algumas vieram de longe, nós entendemos que a proposta de passar o público para primeiro lugar tem sentido.»

O membro da AM, Augusto Taveira (BE) – «Eu sou da mesma opinião, atendendo à situação e à quantidade de cidadãos presentes, penso que era uma boa opção dar a palavra ao público.»

O membro da AM, João Beles (PAN) – «Idem aspas.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Nós temos aqui uma questão que partilho com todos. Está a haver um esforço de todas as bancadas dos

grupos municipais desta Assembleia, para fazer uma alteração ao regimento com que funcionamos nesta Assembleia Municipal.

Uma das propostas que a Mesa fez, e que numa primeira reunião em que eu participei teve uma concordância geral, foi exatamente a de podermos passar o público para o primeiro ponto. Mas esse regimento não está aprovado e nós seguimos o regimento que está aprovado. E havendo oposição de um grupo municipal, já na anterior reunião isso aconteceu, nós mantemos a ordem de trabalhos que foi aprovada na conferência de líderes.

Eu também quero dizer que gostaria de dar a palavra imediatamente a quem está aqui, compreendo, mas nós temos uma ordem de trabalhos que foi acordada numa reunião de líderes, temos um regimento que é o que está em vigor e, portanto, vamos dar início ao período Antes da Ordem do Dia, com as moções que entraram e peço que todos compreendam.»

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 01

Período Antes da Ordem do Dia

Usaram da palavra:

O membro da AM, Vítor Silva (PSD) – Voto de Pesar (Doc. 01) «Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exm.^a Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Exm.ºs Eleitos Locais, Exm.º Público presente, Serviços de Apoio da Assembleia.

Talvez nesta casa, seja eu e o Deputado Carlos Alberto, aqueles deputados deste órgão político que tivemos o privilégio de privar nos anos oitenta com o autarca que recentemente faleceu, de nome Carlos Alberto Fernandes Lourenço. Elegante, de fino-trato, um profissional competente, um político, aquilo que eu defino e sempre o defini como um *gentleman* da política.

Foi com profundo pesar que tomámos conhecimento do falecimento de Carlos Lourenço, antigo presidente deste órgão político por excelência, Assembleia Municipal de Faro, nos idos anos oitenta e, depois, deputado eleito nesta casa durante vários mandatos.

Deixou-nos, com tristeza, uma pessoa educadíssima, uma pessoa que nesta casa e na rua, no seu dia a dia primava por uma educação, por um fino trato, como eu defini.

Figura muito conhecida e respeitada, era militante do PPD/PSD desde 1974 até este ano que nos deixou. Foi um dos fundadores do PSD no concelho, distinguiu-se pela sua candura, elegância e elevação de trato, como disse, para todos, independentemente das suas crenças e origens e possibilidades financeiras.

Nesta ocasião, a Assembleia Municipal de Faro rende, sob nossa proposta, uma homenagem expressa e as sentidas condolências à família e amigos de Carlos Lourenço, que no concelho e na região eram muitos. Homem, como disse, de grande simpatia e amabilidade que na década de setenta escolheu Faro para sua terra, apesar de não ter nascido no nosso concelho, era um farensense de coração. E aqui viveu, aqui iniciou o seu percurso político, profissional e aqui acabou infelizmente por falecer há dias.

Empregado bancário, empresário e comerciante em diversas áreas de atividade, o Carlos Lourenço cedo abraçou o serviço público, tendo chegado mesmo a assumir, como disse, a presidência desta casa, Assembleia Municipal de Faro, em novembro de 1980, durante o mandato autárquico do tempo do Presidente da autarquia Eng.º José Marciano Nobre.

Posteriormente, em meados dos anos oitenta, exerceu funções no Gabinete de Apoio da Câmara Municipal de Faro, tendo depois integrado os quadros dos antigos serviços municipalizados desta casa.

Carlos Lourenço despediu-se de todos aos 78 anos, deixando para trás uma memória de grande humanidade, respeito e uma postura elevada, que a todos marcou, não só ao PSD, mas aqueles que privaram com ele de perto.

Por isso, queremos deixar aqui este voto de pesar e queríamos pedir a todos vós um minuto de silêncio em memória deste autarca que muito elogiou o concelho de Faro.

Muito obrigado.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Eu queria-me associar a este voto de pesar e quero-vos dizer que a última vez que estive com o Carlos Lourenço foi na última reunião da Assembleia Municipal, jantámos juntos na “Velha Casa” (julgo que é assim que se diz) e portanto quero associar-me a tudo aquilo que o membro Vítor Silva acabou de dizer e pedimos para fazer um minuto de silêncio.»

Seguiu-se então um minuto de silêncio em memória de Carlos Alberto Fernandes Lourenço.

O Presidente da Assembleia Municipal – «Vamos então entrar no período Antes da Ordem do Dia.

Os serviços da Assembleia Municipal receberam várias moções, que passaremos a discutir por ordem de entrada. E receberam mais uma moção e uma recomendação, já após aquilo que o Regimento fixa das 15.00 horas do dia anterior. Acontece que o dia anterior, como todos sabem, foi a um Domingo, mas de qualquer forma, o Partido Social Democrata é o autor de uma das propostas e já disse que fica para outra sessão. E a intenção da Mesa era também que nenhuma destas duas moções fossem submetidas e apreciadas, uma vez que elas formalmente entraram após aquilo que o regimento fixa como o limite de entrada.

E portanto dava a palavra ao grupo municipal do Partido Comunista Português, para apresentar a Moção “Contra a destruição do serviço postal. Pela defesa do controlo público dos CTT.” que foi a primeira a entrar, chamando a atenção de todos, que temos sete moções para discutir neste ponto e, portanto, como já fizemos de outras vezes, ter uma discussão muito viva, muito urbana, mas respeitando os limites de tempo.»

O membro da AM, Botelho Agulhas (CDU) – **«Moção “Contra a destruição do serviço postal. Pela defesa do controlo público dos CTT.**
(Doc. 02)

É hoje uma enorme preocupação de todos os portugueses a situação da má qualidade do serviço prestado pelos CTT que se agravou depois de uma privatização, preparada ao longo de anos e concretizada pelo Governo

do PSD/CDS-PP. Tal decisão constituiu uma afronta aos direitos dos trabalhadores e das populações e um crime contra os interesses Nacionais.

Uma empresa lucrativa para o Estado, que assegurava a presença em todo o território nacional e a prestação do serviço público postal e universal, está hoje a ser destruída com a degradação dos serviços prestados às populações, a venda de património, o ataque aos direitos dos trabalhadores, despedimentos e encerramento de balcões.

A gravidade dos prejuízos causados às populações, por esta situação já é de tal ordem, que a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da Assembleia da República solicitou à Associação Nacional dos Municípios Portugueses ANMP uma pronúncia escrita sobre o assunto.

Na resposta da ANMP destaca-se, nomeadamente, que *“a ANMP manifesta a sua mais profunda preocupação com a situação de prestação do serviço público postal pelos CTT”* e acrescenta *“...verifica-se a degradação da sua qualidade, e as anunciadas medidas de reestruturação envolvem o despedimento de trabalhadores e o encerramento de estações dos CTT...”*, afirmando que *“Não é possível garantir-se uma qualidade de serviço adequada com reduções de trabalhadores e de estações dos CTT”*.

No Algarve, concretamente e Loulé, uma das estações ali existentes foi recentemente encerrada pela Administração dos CTT (uma das 22 estações encerradas no início do ano). Mas seria uma ilusão pensar que estes encerramentos vão ficar por aqui, os sinais são por demais evidentes.

Por detrás destas decisões que degradam e extinguem serviços públicos está a pressão que é exercida pelos acionistas para distribuir de ano para ano cada vez mais dividendos, mesmo que seja à custa das reservas ou do endividamento da empresa, como aconteceu em 2017.

Perante estes factos, ignorar e não agir, como faz o atual Governo minoritário do PS, é ser cúmplice com os objetivos dos atuais acionistas da empresa. É preciso pôr fim a este rumo de desastre que prejudica as populações e o país.

Além disso, a Lei Postal assegura “...a existência e a prestação do serviço universal, o qual consiste na oferta de serviços postais com qualidade específica, disponível de forma permanente em todo o território nacional, a preços acessíveis a todos os utilizadores, visando as necessidades de comunicação da população e das atividades económicas e sociais.” e determina que “As condições de prestação do serviço universal devem ser reavaliadas a cada cinco anos pelo Governo..”.

Face à consciência da urgência em atuar contra o prosseguimento da degradação do serviço postal de responsabilidade dos CTT, a Assembleia Municipal não pode ficar indiferente, nem ignorar que a população do concelho de Faro está hoje a sentir igualmente os efeitos da privatização dos CTT e teme pelo futuro deste serviço público.

Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Faro, reunida em 19 de fevereiro de 2018, delibere:

1. Exigir que se avance no sentido da recuperação do controlo público e da propriedade dos CTT;
2. Solidarizar-se com a posição assumida pela ANMP no sentido da defesa da qualidade do serviço público a prestar pelos CTT e na exigência da sua urgente reavaliação pelo Governo, conforme o n.º 2 do art.º 57 da Lei 17/2012 de 26 de abril, Lei Postal; avançando com a recuperação do controlo público dos CTT;
3. Solidarizar-se com a luta das populações e dos trabalhadores que por todo o País protestam contra os despedimentos e os encerramentos de estações dos CTT;
4. Manifestar o seu mais vivo repúdio por qualquer tentativa de encerramento de estações dos CTT no Concelho de Faro e reclamar a melhoria da qualidade do serviço postal;
5. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, à Assembleia da República, Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, ao Governo, à ANMP e à comunicação social.”

Muito obrigado.»

O membro da AM, Manuela Neto (PS) – «Queremos saudar em primeiro lugar a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, saudar também o Sr. Presidente da Câmara Municipal e todas as pessoas aqui presentes e saudar também o público que está aqui presente a assistir a esta Assembleia Municipal.

Em nome do Partido Socialista, quero dizer que nós estamos globalmente de acordo com esta moção, desde que retirem “...*como faz o atual Governo minoritário do PS*”. Como sabemos, os CTT foram privatizados em setembro de 2014, portanto foram privatizados pelo anterior Governo, portanto o atual Governo não tem nada a ver com esta privatização dos CTT.

Aliás, o PS Algarve, na pessoa do seu Presidente, já se manifestou contra esta decisão de encerramento de estações. Os deputados do PS na Assembleia da República já fizeram uma petição ao Governo, a propósito deste assunto, e estamos à espera, de facto, que o regulador diga que não há condições de serviço público por parte dos CTT, pondo em causa este serviço público à população e aos trabalhadores, e por isso pedia à CDU que retirasse este ponto da moção, onde diz: “...*perante estes factos, ignorar e não agir como faz o atual governo minoritário do PS.*”

Terminei a minha apresentação.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente novamente boa noite, caros membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara Municipal e Executivo, estimados farenses aqui presentes nesta sala, boa noite.

Efetivamente, nós concordamos com a esmagadora maioria do que está enunciado nesta moção. Vemos com muita preocupação a degradação do serviço universal postal por parte da empresa CTT atualmente, e isso é inegável. Assistimos com preocupação ao encerramento de balcões, sem que se traduza em contrapartida para a população a oferta de outros serviços que compensem esses encerramentos e, de facto, também, em rigor não se pode pedir mais aos autarcas locais das Juntas de Freguesia que assumem cada vez mais ónus, como tem vindo a ser a política dos CTT.

Agora, há aqui alguns equívocos que é preciso esclarecer. Efetivamente, nós obviamente não podemos votar uma moção que propõe a nacionalização de uma empresa privada, isso não faz parte da nossa maneira de ser nem de estar. Agora, uma coisa é a propriedade da empresa CTT, outra coisa é o serviço público postal. E portanto, efetivamente, o Governo pode e deve reavaliar a prestação do serviço público postal – e isso está previsto no contrato de concessão do serviço – e a posição tomada pela Associação Nacional de Municípios é a posição que nós também partilhamos e portanto deve haver uma reavaliação do cumprimento do serviço postal universal, que pode ser prestado por outra entidade.

Sabemos que na prática, como é evidente, pode ser difícil a qualquer outra empresa entrar no mercado e passar a assegurar esse serviço postal e pode ser difícil substituir-se aos CTT, mas essa possibilidade existe e o serviço pode ser prestado por outra entidade.

Por outro lado, é bom também esclarecer que o memorando de entendimento entre Portugal e as Instituições Internacionais, assinado em maio de 2011, prevê expressamente no seu ponto 3.11, que o Governo Português (e estamos a falar na altura de um documento assinado pelo Eng.º José Sócrates) irá levar a cabo a privatização dos Correios de Portugal. O Governo que se seguiu concretizou de facto aquilo que o Estado português se comprometeu em sede contratual com as entidades internacionais.

Portanto, repito, concordamos com a preocupação que a CDU traz nesta moção; concordamos que existem sinais evidentes da degradação do serviço postal; concordamos que deve ser feita uma reavaliação das condições em que esse serviço postal é prestado, o Governo deve fazê-lo, agora obviamente que não vamos votar uma moção para nacionalizar uma empresa privada.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Carlos Vargas (PS) – «Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, na pessoa de V. Ex^ª.s cumprimento todos os presentes e o Exm.º público que ainda bem que

está aqui em peso, demonstra sinal de interesse pela vida democrática do nosso concelho.

Secundarizando aquilo que já foi dito pela bancada de que faço parte e dada a importância que esta moção tem, voltava a apelar à CDU para retirar o sétimo parágrafo, porque o Partido Socialista não pode votar favoravelmente isto, porque isto não corresponde à realidade. Basta tão só ver as posições que os deputados do Partido Socialista têm tomado sobre isto e por outro lado a posição que o governo também tem tomado, porque o Partido Socialista também é governo e sendo governo está condicionado a um conjunto de objeções relacionadas com esta matéria, que não pode tomar essa posição desde já.

Por isso e dado as manifestações que têm vindo a público por parte do Partido Socialista relativamente à defesa do serviço postal, não é merecedor que a CDU trate o Partido Socialista deste forma como trata no sétimo parágrafo.»

O membro da AM, Botelho Agulhas (CDU) – «Em primeiro lugar dizer o seguinte: o Partido Socialista não tem a ver com a privatização diretamente, mas indiretamente tem, porque também não a impediu e tinha condições para o fazer.

Depois não se trata da privatização, trata-se do efeito que essa privatização está a provocar no mandato do governo do Partido Socialista. Só este governo é que pode tomar a posição correta e afastar este perigo, que é imenso e que vai galopando, e devolver os Correios ao serviço público. E nesse sentido, nós não vamos retirar coisa nenhuma da moção.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, Sr. Presidente. Começava por saudar a Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, Exm.º público.

Vamos lá ver se a gente se consegue entender em relação a esta moção. O PSD e o CDS não podem sacudir a água do capote, como se nada tivessem a ver com isto. E a CDU encaminha-se também pelo mesmo caminho. E digo pelo mesmo caminho pelo seguinte: o contrato que foi feito no

governo anterior impõe determinadas regras em relação ao contrato que foi assumido para a privatização dos CTT Portugal. Nós todos reconhecemos que a questão postal é o cerne da discussão que existe neste momento. E o governo está preocupado em fazer a reversão dos CTT, mas tem que ser feito com algum cuidado e com muitas pinças, porque de facto o que a direita assinou neste contrato foi que as indemnizações eram enormes.

É claro que a CDU está aqui numa posição muito mais sossegada, não é governo; é um governo minoritário do Partido Socialista, é verdade, mas o Partido Socialista quer de facto fazer a reversão dos CTT, mas isto implica indemnizações muito altas. É preciso ter aqui uma posição devidamente sustentada para que tal aconteça.

Portanto a CDU, ao meter o Partido Socialista nesta moção, não está a ser sério nesta discussão. E como não o está a ser, nós não podemos acompanhar. Bastava retirar... e esta é que é a verdade dos factos, é que o governo não tem condições, não pode e não deve atualmente fazer a reversão dos CTT nas situações em que foi feito o contrato. Esta é que é a verdade dos factos! É muito fácil dizer aqui: *anula-se o contrato!* E quem paga?

Nós temos até aqui em Faro uma situação gritante e vou aqui evocar a questão da Fagar. A Fagar tem um contrato com a Câmara Municipal de Faro e com o privado, em que o privado pode sair, mas a Câmara de Faro se sair paga uma indemnização enorme e não tem condições para o fazer, isto no caso de haver algumas irregularidades. A Câmara Municipal de Faro se quiser sair paga um balúrdio de indemnizações, não tem nem sequer orçamento para pagar. As coisas têm de ser feitas como deve ser.

Nós acompanhamos aqui a moção e a preocupação por parte da CDU. Retirem estas três linhas, que nós aprovamos a moção; se não, nós não podemos aceitar um ataque deste tipo ao Partido Socialista.

Tenho dito.»

O membro da AM, Botelho Agulhas (CDU) – «Há aqui uma situação que me parece que está a não ser precisa. Naturalmente que o contrato foi assinado pelo governo anterior e o Partido Socialista sabia. Dissemos

muitas vezes que este contrato era ruinoso para o país e ia prejudicar os trabalhadores, que ia prejudicar as populações e que ia prejudicar a economia nacional. Ninguém ouviu esta proposta! Hoje temos aí o efeito desta situação.

O PCP e a CDU são coerentes com o que disseram em determinada altura, com o que fizeram em determinada altura e com aquilo que tem que ser aqui feito. Portanto, neste momento, quem tem nas mãos a faca e o queijo... perante um contrato que era mau e que não está a ser cumprido, porque a empresa está a vender património e a levar tudo o que é a riqueza adquirida, para entregar aos sócios. E adquirida ao povo português. Portanto, o Partido Socialista e o seu governo têm obrigação de tomar medidas imediatas e nesse sentido mantemos aquilo que aqui está.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Muito bem, acho que ficou entendido para todos, portanto passamos à votação.»

VOTAÇÃO

Votos a favor – 04 (03CDU; 01BE)

Abstenções – 14 (12PS; 01PAN; 01MPT)

Votos contra – 13 (10PSD; 02CDS; 01PPM)

Face ao resultado obtido na votação a moção apresentada pela bancada da CDU foi rejeitada por maioria.

O Presidente da Assembleia Municipal – «Dava a palavra novamente ao grupo municipal do Partido Comunista Português, para apresentar a moção “Ria Formosa: Mais uma vez não às demolições, sim à requalificação.”»

O membro da AM, Catarina Marques (CDU) – «Obrigada Sr. Presidente, boa noite a todos. Passo então a ler a Moção da CDU (*Doc. 03*)

“MOÇÃO Ria Formosa: Mais Uma Vez Não às Demolições, Sim à Requalificação!”

- Considerando que o Governo do Partido Socialista e o seu Ministro do Ambiente, apesar da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa se encontrar em liquidação, mandataram a sua Comissão Liquidatária e o Presidente desta

para procederem à tomada de posse administrativa de 22 habitações nos núcleos dos Hangares e do Farol, na Ilha da Culatra, com vista à sua posterior demolição coerciva;

- Considerando que em vez de procederem à requalificação de todos os núcleos urbanos e dos espaços balneares das ilhas-barreira da Ria Formosa e também à requalificação do seu sistema lagunar, decidiram retomar a tomada de posse administrativa de casas e prosseguir com as demolições, fazendo regressar à Ilha da Culatra, para as populações atingidas, o pesadelo e o sofrimento real e concreto que as demolições provocam;

- Considerando que o direito a viver e a produzir nestes territórios deve ser sempre afirmado e defendido e que a Assembleia Municipal de Faro deve manifestar a sua solidariedade e apoio às comunidades locais vítimas das demolições, assim como às suas Associações representativas.

A Assembleia Municipal de Faro, reunida em 2018-02-19, delibera:

1. Afirmar a exigência de que o Governo do Partido Socialista e o seu Ministro do Ambiente, no quadro do reconhecimento do valor social económico, histórico e cultural dos núcleos urbanos das ilhas-barreira, ponham fim, de ma vez por todas, ao processo de demolição de habitações, avançando com o processo de requalificação de todos os núcleos urbanos e dos espaços balneares das ilhas-barreira, muito em particular os Hangares e o Farol;
2. Afirmar a necessidade de ser dada tradução legal a esse reconhecimento do valor social, económico, histórico e cultural dos núcleos urbanos das ilhas-barreira da Ria Formosa em todos os instrumentos legais de ordenamento do território, em particular no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura – Vila Real de Santo António e no Plano Diretor Municipal de Faro, cuja 1.ª Revisão ainda está em curso;
3. Dar conhecimento desta moção, uma vez aprovada, às Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Faro, às Câmaras e Assembleias Municipais dos restantes concelhos do Algarve, à AMAL,

ao Governo, à Sociedade Polis Litoral Ria Formosa (em liquidação), à Assembleia da República e à Comunicação Social.

Os eleitos da CDU/PCP.”

Obrigada.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Abrimos agora um período de discussão desta mesma moção e portanto aceitamos inscrições para o debate.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, Sr. Presidente.

Estamos aqui a discutir uma matéria que já é recorrente nesta Assembleia Municipal. Teve avanços e recuos, ao longo destes últimos anos, e de facto a bancada do Partido Socialista e toda a Assembleia Municipal em geral, sempre esteve muito preocupada com aquilo que estava previsto no POOC, na altura, que previa na área das ilhas-barreira a demolição de cerca de oitocentas e duas casas.

Ao longo destes anos, com os avanços e com os recuos e com a luta que foi travada, quer pela população residente nas ilhas-barreira, quer com a Câmara, quer com a Assembleia Municipal, quer com os Deputados do Partido Socialista, tem havido uma evolução positiva em relação a esta matéria. E isto, depois de uma resolução e depois de uma grande discussão política que houve em relação às demolições nas ilhas-barreira, houve uma deliberação que foi aprovada por unanimidade no dia 19/06/2014, por todas as forças políticas presentes no Executivo da Câmara (esta proposta 458/2014 da Câmara Municipal), que serviu de base para esta discussão a que chegámos hoje.

Houve entretanto, em 2015, uma deliberação por parte de Assembleia Municipal, aprovada por unanimidade, que transcrevia na altura aquilo que tinha sido aprovado pelo Executivo.

Portanto isto avançou e chegámos a este ponto: das oitocentas e duas casas que estavam previstas no POOC, de Vilamoura até Vila Real de Santo António, resumiu-se apenas a oitenta e duas casas.

Entretanto e com a luta que foi travada entre esta Assembleia Municipal, Câmara e Governo, porque o Governo anterior tinha projetado o derrube das oitocentas e duas casas e recorde que após a tomada de posse deste Governo e o Ministro que está em funções neste momento, não sabendo e não estando a acompanhar este processo, a Sociedade Polis na altura liderada pelo Eng.º Sebastião, o Ministro confirmou de facto que a renaturalização era para avançar, até houve festa e champanhe na Sociedade Polis que ia avançar o derrube das tais oitocentas e duas casas. Mas tal não aconteceu, porque houve alguém por parte do poder, quer os deputados do Partido Socialista, quer pelas decisões da Câmara e da Assembleia Municipal, que levaram a este recuo. Porque as casas que estavam na zona de risco e cumprindo aquilo que estava decidido na Lei da Água (que era entre os trinta e os cinquenta metros), decidimos ir para os quarenta metros, um valor intermédio.

E todas as casas que estão na zona de risco, havia que salvaguardar as casas de primeira habitação, as casas dos pescadores, e mesmo que não tivessem atividade nessa altura, mas que os seus pais exerciam essa função de pescadores e mariscadores na Ria, iam ficar.

A seguir a este processo, houve cerca de sessenta e duas casas que de facto estavam na zona de risco e a Sociedade Polis avançou para a identificação dessas casas. Houve cerca de vinte e dois cidadãos que tinham lá casa e que deram entrada de providências cautelares. As outras foram aquelas que foram na primeira fase, cerca de trinta e tal ou quarenta foram abaixo e resume-se agora a vinte e duas casas, onde há duas que estão indecisas, que é preciso provar que são de pessoas que vivem da atividade do mar. É uma rapariga que tem uma casa que é primeira habitação e isso está em análise.

E porque é que agora vão estas vinte e duas? Porque já foram as outras! E não podemos ter dois pesos e duas medidas. Houve as providências cautelares que foram entregues na altura e que a Sociedade Polis não podia derrubar, não podia ir contra o Tribunal, aguardou as decisões do Tribunal e o Tribunal agora já veio confirmar que as casas podiam ir abaixo.

Há quem defenda que ou vão todas ou não vai nenhuma, isto foi logo na fase inicial deste processo. Para mim, acho que esta fase já acabou, agora preocupa-me é o passo seguinte, e o passo seguinte é o reconhecimento daqueles núcleos históricos, quer da Culatra (o processo da Culatra está muito mais avançado, já tem o PIR), a questão dos Hangares e a questão do Farol. Estas é que me preocupam em termos de futuro. E a luta que se tem que travar de futuro é de facto a questão do novo POOC; o novo POOC tem que contemplar estes dois núcleos. Este é que é o grande passo que se tem que dar a seguir. O outro passo é mais um trabalho do atual executivo para que no PDM contemple estes três núcleos: o núcleo da Culatra, dos Hangares e do Farol.

Portanto, não é com política de terra queimada que se pode avançar neste processo. Eu compreendo a posição das pessoas, a angústia de muitos anos, agora não podemos também é comparar todas as situações. E às vezes, com esta confusão toda... é a questão da praia de Faro e a questão da Armona. Porque a praia de Faro é um espaço que está desafetado do domínio público marítimo. É por isso mesmo que na zona poente, por vontade do Sr. Presidente... (*impercetível*)

Há zonas que estão desafetadas do domínio público marítimo e outras que estão sob a jurisdição do domínio público marítimo.

Portanto eu de facto lamento, e nós concordamos até com o segundo ponto da moção da CDU e as preocupações, mas da nossa parte nós não podemos acompanhar esta moção da CDU e como tal, abertamente nós vamos votar contra esta moção.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Boa noite a todos, desde já saudar o Exm.º Presidente da Assembleia, Exm.º Presidente da Câmara, Exm.ºs Vereadores, membros da Assembleia Municipal, digníssimo público.

O MPT é um partido de causas, e esta causa é uma causa de elevada importância. Como alguns sabem, eu sou residente na Praia de Faro, e esta península que tem sido a mais afetada ao longo dos anos com o problema das demolições tem de ser também ajudada. E era com isso que

a Polis se devia ter preocupado, no sentido de ajudar as ilhas-barreira e a península da Praia de Faro e não prejudicá-las.

Quanto se tem que atacar uma fortificação, ataca-se sempre pela parte mais fraca. No caso das ilhas-barreira e da península, a parte mais fraca foi sem dúvida a Praia de Faro. Porque é o sítio de mais fácil acesso, é o sítio onde existem mais pessoas e é o sítio por excelência que serviu para tapar a vista a alguém que injetou muito dinheiro para que houvesse uma renaturalização ou uma requalificação das ilhas-barreira. Neste sentido, a Polis foi a maior calamidade que aconteceu para as nossas ilhas-barreira, nomeadamente para a Praia de Faro.

Com o fantasma da manutenção das ilhas a voltarem a ser o que eram originalmente – como se isso fosse possível... O meu bisavô foi mestre da armação do atum e hoje em dia ainda tenho muita gente que é pescador na Praia de Faro que são da minha família e que atestam que, apesar da Praia de Faro estar mais pequena, o fantasma de vir um *tsunami* e arrasar com a praia pode acontecer a qualquer momento, mas também pode acontecer em Lisboa e Lisboa ser arrasada rapidamente por um *tsunami*.

A Polis devia ter a preocupação com a Ria e não com as ilhas, onde deviam ter sido aprovados e requalificados os melhoramentos às habitações que já existiam, podendo ter sido aproveitado o dinheiro que foi injetado para fazer precisamente essas reabilitações e essas requalificações.

Outra coisa foi o dinheiro ter sido gasto na abertura de barras, que não servem para navegar, não servem os pescadores, não servem o turismo, não servem absolutamente ninguém, a não ser uma fraca oxigenação dos nossos viveiros que por sinal estavam a morrer antes desta abertura da barra. Apesar de não servir para muita coisa, ao menos serviu para oxigenar os viveiros, mas mesmo assim, se a barra mudar de posição e eu estou a falar da Barra de Faro, pode vir a matar ou acabar com alguns viveiros existentes.

Portanto, neste sentido, vamos aprovar a moção da CDU, porque já basta o Polis... desejando que acabe, muito sinceramente, rapidamente e em força e que não venha outro organismo qualquer ocupar o lugar do Polis.

Portanto, completamente a favor da requalificação do espaço, de ecologicamente apoiarmos qualquer e toda a ação que vier a ser tomada, mas realmente demolir as casas quando não há um sentido, como aconteceu na Praia de Faro que houve casas que poderiam ter sido aproveitadas para pessoas que realmente têm problemas habitacionais e vergonhosamente deitaram-se casas abaixo, excelentes casas e deixaram lá casas que são uma vergonha e até podem vir a ser um problema de saúde pública, eu até poderia nomear aqui algumas, mas não vou dizer porque isso não me cabe a mim. Disse.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Obrigado Sr. Presidente, boa noite.

Eu queria focar que, com a criação do parque da Ria Formosa, já nos idos anos de 1987 (portanto há mais de trinta anos), o custo ou o ónus das demolições, em geral, já devia ter sido contraposto há muito com a elaboração de Planos de Pormenor, ou Planos de Intervenção, de acordo com o antigo POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira.

Até hoje, não há Plano para a Ilha de Faro, não há Plano para a Ilha Deserta, não há Plano para o Farol, para a Culatra e para os Hangares, na área de Faro, e a definição de coordenadas de arquiteturas com tipologia exclusivamente de madeira, com renovadas implantações dos aldeamentos turísticos de habitação, para além dos núcleos dos pescadores.

Não havendo até hoje qualquer Plano de Pormenor, ou iniciativa que solucione à urbanística iniciada em abril, vou votar contra, mas a favor da urgente intervenção quanto à naturalização – não a renaturalização, acho que é um engano – desta extensa área litoral de Faro, como espaço público que compete primeiro a toda a região do Algarve e depois integrada em todo o território nacional. Portanto, defendo neste caso, urgentemente (é a figura que eu encontro), o Plano de Pormenor Regional: portanto, há um Plano específico para cada ilha, pelo menos aqui no território do município de Faro.

Obrigado.»

O membro da AM, Augusto Taveira (BE) – «Boa noite. Na pessoa do Sr. Presidente cumprimento todos os presentes.

Relativamente a esta questão, eu reconheço o esforço do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na sua qualidade de Deputado da República, tem feito algum esforço para minorizar os prejuízos no que respeita às demolições. No entanto, há muitas promessas, mas ainda vai ser aplicado o POOC e nesse POOC logo se vai ver se não haverá lugar a mais demolições. Neste momento há promessas e nós, enfim, somos obrigados a acreditar, mas *de promessas está o inferno cheio*, como se costuma dizer.

Eu informo que o Bloco de Esquerda vai apresentar, creio que é na próxima sexta-feira, na Assembleia da República, um Projeto de Resolução para a suspensão das demolições, mas também já se espera que não seja aprovado, porque o PS com certeza não vai aprovar e não sei qual será a posição do PSD.

Relativamente à minha posição, na nossa candidatura (e eu estou aqui na qualidade de uma candidatura que foi sufragada e portanto comprometo-me a manter aquilo que foi dito na candidatura), o que foi dito é que o processo das demolições nas Ilhas-Barreira obedecia, muitas vezes, a critérios muito questionáveis. Urge a requalificação e ordenamento das ilhas, com respeito pelas legítimas expectativas das e dos residentes, rejeitando decisões do tipo cortar a direito, cujo objetivo, como é habitual, se resume a cilindrar os mais fracos.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro) – «Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Exm.º Público, muito boa noite.

De dizer que em 2007, para recordarmos, foi decidida a constituição da Sociedade Polis Ria Formosa, na altura com o propósito de requalificar ambientalmente a Ria Formosa, em nome de uma melhor qualidade ambiental que todos nós, na altura, o desejávamos.

No entanto, em nome dessa qualidade ambiental, houve um conjunto de demolições e não deixa de ser curioso que o tal impacto ambiental só se

tenha verificado no concelho de Faro. Não se viu esse risco ambiental ou essas demolições noutros pontos da Ria Formosa, ou mesmo do Litoral Português. Viu-se no concelho de Faro e não deixa de ser curioso. Ficámos a saber que então Faro e o concelho, se calhar, estão numa redoma onde a qualidade ambiental possivelmente é mais exigente do que noutros pontos.

Ficámos a saber que vai haver vinte e duas demolições, dez nos Hangares, doze no Farol na parte nascente, numa faixa de quarenta metros que foram estabelecidos por técnicos da APA. E ficámos também a saber que, para além destas vinte e duas demolições, não estão previstos mais casos destes.

O que quer dizer que as restantes casas do Hangares e as restantes casas do Farol vão permanecer intactas.

Então, agora temos de colocar a seguinte questão: o que é que vai acontecer a essas casas, no futuro? Vão continuar ilegais ou vamos legalizar essas mesmas casas? Finalmente criar núcleos habitacionais? Por uma razão muito simples: não são só casas que estão ali, são as vidas das pessoas, são lembranças das pessoas que estão aqui nestes locais e não podemos andar a brincar com a vida das pessoas desta forma, ao sabor do vento. Umhas vezes vamos demolir; outras vezes não, não vamos demolir; outras vezes talvez vamos demolir, ou logo se vê no futuro o que é que vamos fazer...

Eu até considero que mais importante que as demolições, e até nem é uma questão de requalificação e de qualidade ambiental, fosse mais útil finalmente levar água e levar esgotos ao núcleo dos Hangares, coisa que não existe e eu acho que em termos ambientais seria bastante mais útil.

Vou já terminar, dizendo só o seguinte: é que para além de moções de solidariedade, eu acho que está no momento de passarmos às ações. E eu espero que haja vontade política para resolver, finalmente, estas questões. Mas vontade política para resolver em tempo útil, a ver se nos próximos anos, nos próximos meses, há propostas concretas para legalizar finalmente estes núcleos. Tenho dito.»

O Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, funcionários, munícipes aqui presentes.

Não é hábito fazer intervenções neste período, mas o Sr. Deputado Carlos Alberto nomeou-me duas vezes e eu acho que tenho o direito de responder.

Em primeiro lugar, não é verdade, e o senhor sabe muito bem disso, que eu defendi a não demolição na zona poente e nascente da Praia de Faro. Não é verdade isso que acabou de dizer. Nunca me opus às demolições na Praia de Faro, com todos os custos políticos que isso teve – e pessoais – e sabe muito bem disso, e sempre me opus às demolições nos Hangares, no Farol e na Culatra. Queria deixar isto exposto, porque aquilo que disse não corresponde à realidade.

Depois, mais uma vez joga para cima do executivo este problema. O atual executivo é que tem que resolver isto no PDM! O senhor sabe tão bem como eu, que eu levei dois anos durante o meu Governo a dizer isto. Os senhores jogaram sempre para cima de mim a culpa e continuam a fazê-lo. Eu quero deixar aqui bem claro que o PS fez muito bem, e por aquilo que sei o Sr. Deputado Luís Graça trabalhou muito bem esse processo, a questão da Culatra, é verdade, mas em relação aos Hangares e ao Farol até hoje não se fez nada. E a questão do PDM é uma questão de vontade política. Eu não vou dizer mais aqui porque tenho uma carta que recebi da Sr.^a Secretária de Estado e que vi hoje e não quero referir isso aqui enquanto não der conhecimento à Assembleia Municipal. E, como se disse aqui, é uma questão apenas de vontade política.

E já agora, se me permite, só para terminar, é engraçado dizer que nos Hangares e no Farol há zonas de risco. Sabe tão bem como eu que não há. Há na Praia de Faro. Nos Hangares e no Farol não há zonas de risco. Mas depois também é engraçado dizer: *bom, mas as dos pescadores e de primeira habitação, estando em zonas de risco, podem ficar...*

Eu só queria deixar esta nota para dizer que a questão do PDM não somos nós que temos competência para isso, dado que tem que ir a ratificação, e

a questão da Praia de Faro, eu nunca me opus às demolições na Praia de Faro.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Catarina Marques (CDU) – «Há aqui uma questão que foi agora dita pelo Sr. Presidente, que isto tudo tem a ver com a vontade política, e eu concordo em absoluto consigo. De facto, tem tudo a ver com vontade política, mas é uma vontade política que tarda em surgir, porque o PCP já levou à Assembleia da República vários Projetos de Resolução, desde 2015, contra as demolições, pelo reconhecimento dos núcleos urbanos e por uma série de questões, e essa vontade política ainda não surgiu.

Esperemos que surja amanhã na Assembleia da República e esperemos que surja na sexta-feira, quando descer à discussão em sessão plenária, porque mais uma vez o PCP vai apresentar um Projeto de Resolução, com um ponto único de ordem de trabalhos, que é a imediata suspensão das demolições, e aí todos os partidos políticos terão oportunidade de fazer vincular a tão grande vontade política que têm em resolver o problema das pessoas. Portanto, estaremos cá todos para assistir ao que se vai passar.

Depois, foi dito, julgo que pelo deputado Carlos Alberto, os vários passos que agora se tinha de cumprir para efetivamente resolver o problema às pessoas. Pois eu acho que são só dois ou três, muito simples. Primeiro, é a imediata suspensão das demolições; o segundo é a alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, porque como o Sr. Presidente disse e muito bem, não é por via do PDM que se vai fazer o reconhecimento desses núcleos, o reconhecimento desses núcleos tem que ser feito no Plano de Ordenamento da Orla Costeira; e o terceiro é reconhecer o valor cultural, social e económico daqueles núcleos, como sendo núcleos urbanos das ilhas-barreira da Ria Formosa.

Três pontos muito simples e que dependem, sim senhor, da vontade política. E que estejamos todos cá com muita vontade política, para poder votar projetos que vão ao encontro das necessidades das populações e dos núcleos urbanos das ilhas-barreira.

Muito obrigada.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – Defesa da honra – «Sr. Presidente, foram ditas aqui inverdades.

Sr. Presidente Rogério Bacalhau, vamos lá ver se a gente se entente. Eu vi na televisão o senhor com um capacete, com o Ministro do seu Governo, no derrube das primeiras casas.

E já agora: oh Sr. Presidente, não foram as oitocentas e duas casas, e sabe por que é que não foram? Porque o Sr. Presidente da Câmara de Olhão meteu uma providência cautelar na defesa do camaleão que estava em vias de extinção. Foi isso que travou este avanço. Mas o Presidente da Câmara de Olhão não tem jurisdição sobre as ilhas-barreira, como V.Ex.^a tem, e eu não vi o senhor tomar essas iniciativas.

Sr. Presidente, eu não fiz aqui nenhuma acusação de que o senhor não se empenhou.

Sr. Presidente, para terminar e não ir por outros caminhos, nós não podemos ter um discurso quando estamos com a população e outro discurso quando estamos com o Governo. E ficava por aqui que é muito melhor.

Tenho dito.»

O Presidente da Câmara Municipal – «Sr. Deputado Carlos Alberto, eu vou dizer aquilo que acabei de dizer e aquilo que disse ao longo de quatro anos. Primeiro: nunca fui contra as demolições na Praia de Faro. É verdade isto. Nunca fui contra! Repare, é muito mais fácil dizer que estamos contra! Nunca fui a favor das demolições na Ilha da Culatra, nunca fui! Aliás, o senhor acabou de dizer que houve aqui moções, relativamente a esta questão, aprovadas por unanimidade. Eu estava lá. Portanto, nunca fui contra num lado, nunca fui a favor do outro. Era muito mais fácil para mim dizer que estava contra tudo. Agora também é muito mais fácil para o Sr. Carlos Alberto (peço desculpa), virar este assunto para mim. Aquilo que está a dizer, parece que o Presidente da Câmara é que é o culpado disto tudo.

Meus senhores, mantenho aquilo que disse ao longo dos últimos quatro anos: nunca fui contra de um lado, nunca fui a favor do outro.

E, para rematar, dizer assim: no tempo do meu Governo, que nunca fez aquilo que eu quis, eu assumi isso; agora são vocês Governo, portanto se são vocês Governo, façam aquilo que têm a fazer e acabem com isto de uma vez por todas e ficamos todos satisfeitos. Muito obrigado.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Eu, se me permitirem, correndo o risco de ser indelicado, quero dizer duas palavras sobre este tema, até porque tenho que agradecer os elogios do Sr. Presidente da Câmara. E quero corrigir aqui algumas questões que foram ditas se me permitem.»

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia Municipal ausenta-se da Mesa, tomando lugar na bancada do Partido Socialista para uso a palavra, tendo a 1ª Secretária assumido a presidência.

O membro da AM, Luís Graça (PS) – «Obrigado, Sr^a. Presidente. Boa noite Sr. Presidente da Câmara, boa noite a todos aqueles que estão hoje aqui para nos ouvir.

Eu agradeço aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse sobre o eventual trabalho do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, em torno da Ilha da Culatra, ou melhor do Núcleo da Culatra.

O que se conseguiu em torno do Núcleo da Culatra foi de facto assinalável, isto é: o Núcleo da Culatra tinha um estatuto já previsto singular no POOC, mas hoje tem um Plano de Intervenção e Requalificação em curso; tem um Plano de Investimentos para melhoria do espaço público, também em curso, na volta de 1,2 milhões de euros, e tem uma decisão tomada pelo Governo, que foi até melhorada na Assembleia da República, que é ímpar. Isto é: os pescadores da Ilha da Culatra vão ter as suas casas reconhecidas pelo Estado Português, vão ter uma licença para cada habitação, essas licenças vão ser atribuídas pelo Estado Português por trinta anos, serão renováveis e serão transmissíveis aos seus herdeiros. É, de facto, uma decisão que ficará na história das Ilhas-barreira.

Agradeço o reconhecimento do Sr. Presidente da Câmara, mas não posso acompanhá-lo quando diz que, em relação ao Farol e aos Hangares, está tudo na mesma. Não está! Porque quando aqui esteve, presumo que no

final de 2014, o Ministro do Ambiente, Moreira da Silva, consigo, na Ilha de Faro, o Ministro do Ambiente anunciou nesse dia que iriam ser demolidas oitocentas e oito habitações nas ilhas-barreira, repito, oitocentas e oito habitações nas ilhas-barreira. Esse anúncio foi feito em Faro, no momento em que se derrubavam as primeiras casas no Ilhote, junto à Ilha de Faro. Não foi feito às escondidas, foi feito às claras.

Essa ação pressupunha o derrube de todas as casas do núcleo nascente da Ilha do Farol e de todas as casas do núcleo dos Hangares. Ora, desde logo aqui se percebe que não está tudo na mesma, porque as casas estão lá. Isto é: nenhuma daquelas casas foi derrubada, nenhum dos núcleos foi derrubado na sua totalidade, como anunciou em Faro o então Ministro do Ambiente do Governo PSD/CDS.

E não foram porquê? De facto, não foram porque a Câmara Municipal de Olhão interpôs uma ação em tribunal, que foi a ação do camaleão, que veio suspender o processo de demolições.

Eu recordo que, no 25 de Abril desse ano, houve uma manifestação na Ilha do Farol, com cravos e tudo, e que a Sociedade Polis estava em cima do Pontão para tomar a posse administrativa de todas as habitações do Farol e depois dos Hangares – de todas! E recuou em cima do Pontão, porque havia uma ação em tribunal para o camaleão.

Após esse dia, o Senhor Ministro do Ambiente, Moreira da Silva, fez declarações públicas de que o Governo Português, isto é o Governo do PSD/CDS, iria recorrer dos tribunais sobre a ação do camaleão, para efetivar a demolição de todas as habitações dos Núcleos dos Hangares e do Farol nascente, porque estavam atrasadas vinte anos. Ora, por aqui se demonstra que se as casas lá estão, alguma coisa aconteceu no meio disto tudo. E o mérito não é meu. O mérito é do Governo do Partido Socialista.

A verdade é que o Governo criou uma medida diferente. Olhou para este território e desenhou, já agora, com as Associações de Moradores, uma nova intervenção, que tinha este princípio: vamos reduzir as demolições e vamos concentrar as demolições apenas a uma faixa de risco. E só nessa faixa de risco é que haverá demolições.

Lembro-me bem, que muitas das pessoas dos Hangares e do Farol que são minhas amigas diziam-me: *no dia em que as máquinas entrarem cá vão dizer que é só para demolir essas, mas no dia em que entrarem cá vão demolir todas*. As máquinas entraram e as máquinas saíram e as casas lá ficaram, à exceção daquelas que foram demolidas nesta faixa.

E o Governo disse mais. Disse que, mesmo nessa faixa, só seriam demolidas as casas que não fosse demonstrado que eram primeiras habitações, ou casas de pescadores, viveiristas ou mariscadores no ativo ou já aposentados. E a verdade é que, do levantamento que foi feito com as Associações de Moradores, da primeira vez eram oitenta e duas casas e foram retiradas com eles (as Associações de Moradores), em articulação direta com o Ministro do Ambiente, dessas oitenta e duas foram retiradas vinte e duas casas, porque as Associações de Moradores do Farol e dos Hangares entregaram documentos, ao Ministério do Ambiente, que comprovavam que havia ali vinte e duas casas que, apesar de estarem naquela faixa de risco, eram primeira habitação, ou eram casas de pescadores, mariscadores e viveiristas, no ativo ou reformados.

O que é que estamos hoje aqui a discutir? Foram demolidas trinta casas naquela primeira intervenção e ficaram as outras todas. E ficaram ainda vinte e duas que tinham, àquela data, ações em tribunal, providências cautelares. O Estado, que é pessoa de bem, não podia demolir casas com providências cautelares que não estavam decididas. Essas ações foram todas perdidas em tribunal. As vinte e duas ações foram perdidas em tribunal. E o Governo tem previsto a tomada de posse administrativa dessas vinte e duas casas, como teve das outras trinta, estamos a falar de casas da faixa de risco.

E o Senhor Ministro já disse, e as Associações sabem disto, que se tiverem documentos que comprovem que alguma destas vinte e duas casas são de pescadores, mariscadores ou viveiristas, ou primeiras habitações, não serão demolidas, como aliás as outras vinte e duas não foram demolidas.

Portanto, é isto que se passa. Não estão previstas mais demolições para o Núcleo dos Hangares e do Farol depois destas, aliás a Assembleia da República tem vários documentos já aprovados, creio até que por unanimidade, sobre esta matéria. E aquilo que eu sei, sem cometer

nenhuma inconfidência, porque hoje na reunião que mantivemos na Assembleia Municipal, com os grupos municipais, houve mesmo Associações que confirmaram esta informação, é que já está pré-agendada uma reunião no Algarve com o Ministério do Ambiente para retomar a discussão sobre o POOC, que é verdadeiramente essencial para definir qual o futuro daqueles dois núcleos, isto é, aquilo que se vai fazer com as casas que não vão ser demolidas.

Há duas questões que eu queria ainda só dizer, *en passant*.

Ao Manuel Mestre, do MPT: nós não podemos vir aqui e dizer que a ação que foi feita na Ilha de Faro é uma ação vergonhosa, quando partilhamos a candidatura que apoiou essa intervenção. Não podemos dizer isto assim de ânimo leve!

E depois também não podemos dizer que o mais importante não são as demolições, é levar água e esgotos. Porque esta discussão só é válida porque lá estão as casas. Porque se tivessem todas sido demolidas, na altura do Governo do PSD e do CDS, não havia água para ninguém porque não havia lá pessoas.

E há uma terceira questão que fica aqui também clara: é que eu ouvi sempre aqui nesta Câmara, que o Partido Socialista é que aprovou o POOC. O POOC é que prevê demolições e o Partido Socialista é que aprovou o POOC. E aquilo que fica demonstrado é que nós, com o POOC que aprovamos, podemos desenhar outro tipo de intervenção, o que conta de facto é a intenção e o querer.

Muito obrigado.»

O Presidente da Câmara Municipal – «Sr. Deputado Luís Graça, tudo o que disse é verdade. Só não concordo com uma coisa: é que pelo facto de estarmos deste lado, não podemos discordar de alguma coisa.

Mas eu queria-lhe só fazer uma pergunta, porque isso é história, é se nos podia adiantar alguma coisa sobre o futuro?»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «É muito rápido. É que o membro da Assembleia Municipal Manuel Mestre pensa pela cabeça dele.

Isto aqui não é o Porto, nem o Sporting nem o Benfica, há causas e coisas que devem ser defendidas ou reprovadas.

Portanto, eu votarei sempre naquilo que eu achar que deve ser feito. E durante os próximos quatro anos vão ter essa noção clara que é assim mesmo. Muito obrigado.»

O membro da AM, João Beles (PAN) – «Eu vinha realmente pensando abster-me, até porque já tive uma casa na Praia de Faro que foi abaixo. Foi logo das primeiras, no tempo ainda do Macário Correia. Mas com os esclarecimentos dados agora pelo Sr. Presidente da Assembleia, que interveio na bancada do Partido Socialista, e que foram claros, vou votar favoravelmente.

Embora e isto já é hábito nas propostas que a CDU faz, não tira uma linha, quando às vezes poderia haver consenso – e isso verificou-se há pouco – se retirasse uma ou duas frases. O sentido da proposta seria exatamente o mesmo, mas há uma falta de sentido que às vezes poderia ser burilado e não é. Eu, como já estou habituado a isto, vou votar favoravelmente.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Marta Correia (PSD) – «Só algumas considerações sobre este tema, porque se ouviu falar aí sobre o processo do camaleão que, na altura, a Câmara de Olhão intentou um processo de providências cautelares para defesa das casas. Acho que na altura, isto em junho/julho de 2016, quando intentou as providências cautelares, há oito meses que o Governo era PS.

As ações intentadas pela Câmara Municipal de Olhão foram em julho de 2016! E o Governo era PS. Era só isto que eu queria dizer.»

O membro da AM, Carlos Vargas (PS) – «Depois de tudo o que foi dito, penso que muito pouco mais há a dizer. Mas eu, como tenho acompanhado este processo, não só como membro da Assembleia Municipal, mas como munícipe, este processo das Ilhas-barreira – e de facto é um processo que movimenta muitas pessoas que se interessam pela resolução deste problema – sou obrigado a chegar à conclusão que o

que está aqui são conceções diferentes de viver a política e de estar na política. E recordo-me daquilo que disse o deputado da bancada do PSD, que não podemos estar a brincar com as pessoas, em que um dia há demolições e no outro dia não há. Eu penso que ele estava a falar para a sua própria bancada.

Porque o que se tem verificado é que quando se está na oposição tem-se uma posição, quando se está no Governo tem-se outra. E mais, as pessoas que ali estão, estão desejando de ouvir aquilo que nós lhes possamos dizer de acordo com os interesses deles, enquanto partidos políticos. As pessoas não estão ali para ouvir aquilo que nos interessa a nós, enquanto partidos políticos, do ponto de vista eleitoral. E há uma coisa que aquelas pessoas que ali estão, mais as centenas que ali faltam, não podem acusar o Partido Socialista, é de ter posições diferentes sobre esta matéria. Nunca foram enganadas pelo Partido Socialista. Nunca! Porque temos uma posição de princípio.

Por vezes, é melhor politicamente levar as pessoas a aceitar uma posição de princípio e que seja viável, do que levar as pessoas a aceitar posições que são inviáveis e que não as levam a lado nenhum. E as vitórias conseguem-se é com firmeza, determinação e com posições corretas do ponto de vista político-partidário.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro) – «Obrigado, Sr^a. Presidente.

É uma coisa muito rápida. Tinham-me dito que eu estava-me a dirigir à minha própria bancada; de facto é à minha bancada, à sua bancada e a todas. Sabe porquê? Porque esta situação está por resolver há quarenta anos. Há quarenta anos e ainda não foi resolvida! É uma vergonha! E temos de resolver. E agora temos uma oportunidade muito boa para resolver.

E sabe porque é que eu me dirigi à bancada do Partido Socialista? Porque vocês, neste momento, são Governo! E Governo com o apoio do PCP e com o apoio do Bloco de Esquerda. Vamos resolver isto, então! Têm a faca e o queijo na mão, vamos resolver! É isso que nós queremos.»

O membro da AM, Luís Graça (PS) – «Eu aceito o repto do PSD. Significa que quando no início de 2015, salvo erro em fevereiro de 2015, estava prevista a demolição de todas as casas, e na Assembleia da República foram apresentados alguns Projetos de Resolução para suspender as demolições, o PSD votou contra todos esses projetos. Todos.

Portanto, eu aceito agora esse repto como uma *mea culpa*. Que é: bem, já que o Governo do Partido Socialista salvou os núcleos, vamos lá resolver a situação das pessoas. Porque não há aqui é uma tentativa de limpar as responsabilidades de cada um, isso é que já não pode haver.

Porque se o Governo do PSD/CDS tivesse prosseguido o seu intento, não havia uma casa no Núcleo do Hangares e não havia uma única casa no Núcleo Nascente do Farol.

O Sr. Presidente da Câmara perguntou-me o que é que eu penso sobre o futuro. E eu vou dizer o que é que eu penso sobre o futuro, tendo em conta um Projeto de Resolução que apresentei num outro órgão de que faço parte, e que foi aliás assinado pelo Líder Parlamentar do Partido Socialista, Carlos César, primeiro subscritor deste Projeto de Resolução, que foi aprovado em 21 de outubro de 2016. E nessa altura, que foi na altura em que o Ministério do Ambiente definiu, com as Associações de Moradores, que se iria conter as demolições a uma faixa de risco e que para lá dessa faixa não haveria mais demolições, e que se estabeleceu os critérios para as casas que seriam demolidas dentro dessa faixa, o que na altura escrevi e que o Carlos César assinou, foi que era preciso assegurar que nenhuma primeira habitação ou casa de pescador, viveirista ou mariscador, no ativo ou reformado, seria demolida.

E aquilo que eu peço às pessoas que me estão aqui a ouvir e que hoje reuniram connosco na Assembleia Municipal, é que se tiverem conhecimento de qualquer casa, dentro das vinte e duas que estão na faixa de risco para serem notificadas da demolição, que reúna estes critérios, que façam chegar a demonstração factual disso à Sociedade Polis e a esta Assembleia Municipal. Porque acredito que da mesma forma que o Governo das oitenta e duas iniciais retirou vinte e duas, fará o mesmo.

Depois, aquilo que defendi na altura já está feito, refere-se ao Núcleo da Culatra, avançar com o PIR e avançar com o investimento.

O ponto três deste Projeto de Resolução tem a ver com: que o Governo retome o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura–Vila Real de Santo António, reconhecendo a existência dos núcleos históricos dos Hangares e do Farol, à luz da intervenção desenhada e anunciada pelo Ministério do Ambiente, assegurando a manutenção das habitações daqueles dois núcleos urbanos, sob a avaliação do risco a efetuar de três em três anos.

Portanto, aquilo que eu creio, e não tenho nenhuma informação maior do que aquelas que têm as Associações de Moradores, é que o Governo irá em breve reunir a Comissão de Revisão do Plano de Ordenamento, nos termos em que eu espero que tenha sido aprovado na Assembleia da República.

Uma outra questão relativamente ao PIR, que foi aqui levantada, porque foi dito que não havia Plano na Ilha de Faro. Não há Plano da Ilha de Faro, mas esse Plano é da responsabilidade do Executivo municipal, essa é uma zona que foi desafetada.

Portanto, para terminar, eu julgo que a partir de hoje, que o Governo garantiu que apenas as habitações que não cumpram aqueles dois critérios, naquela faixa de quarenta metros, é que serão demolidas restando todas as outras, se houver aqui um amplo consenso de que depois destas demolições é preciso tratar daqueles que ficam, estou perfeitamente de acordo. Agora, não contem comigo para apagar aqui o que o Sr. Presidente da Câmara disse que era a história factual. Cada um carregará a história que tem que carregar.

Mas é bom para as pessoas que nos estão a ouvir saberem que há um amplo consenso político, agora, daqui para a frente, sobre aquilo que se tem que fazer e, nomeadamente, eu julgo que aquilo que se tem que fazer é retomar o POOC a partir desta coisa que é factual. O Governo limitou as demolições àquelas casas naqueles quarenta metros, as outras são para ficar e têm que se enquadrar naquilo que são os documentos de gestão territorial.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União das Freguesias de Faro (Sé e S. Pedro) – «Obrigado Sr.ª Presidente. É só uma coisa muito rápida, para não haver aqui dúvidas. A partir do momento em que não vai haver demolições, temos de garantir que aquelas casas não ficam na situação que têm há quarenta anos. Porque reparem, agora não há demolições, nada garante que um próximo Ministro do Ambiente, até pode ser do Partido Socialista, ou de outro Partido, mude de opinião e diga: não, agora vai haver demolições! Depois vem outro e diz: não, agora não há demolições; depois vai haver novamente demolições e andamos nisto. Isto não é solução!

Portanto, o que eu digo e acho que toda a gente concorda, é arranjarmos mecanismos para que esta situação seja de vez resolvida. É porque não estamos só a falar de casas, estamos a falar de sentimentos, de vidas e de recordações das pessoas que têm naquelas casas e isto é muito complicado. Não podemos andar a brincar mais uma vez com a vida das pessoas. Tenho dito.»

O membro da AM, Luís Neves (PS) – «Sr.ª Presidente, ilustre Mesa, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, bem como o ilustre público e algumas caras que bem conheço.

Gostava de dizer que claramente não se pode ferir suscetibilidades, sentimentos e emoções. Eu reconheço bem esses sentimentos e essas emoções. Eu conheço estas pessoas há muitos anos, algumas delas, é bem verdade. Mas quando estamos aqui hoje numa moção do Partido Comunista, estamos a apresentar uma moção não necessariamente que vá contra estas pessoas que estão aqui.

Mas o Partido Socialista, quando marca aqui uma posição que é uma posição que diz que provavelmente votará contra esta moção, não está a dizer que é a favor da demolição das casas das pessoas, por si só. Aliás, o Partido Socialista fez uma coisa: foi dizer que a grande maioria das casas destas pessoas, quer as de primeira habitação, quer as dos mariscadores, pescadores e viveiristas que lá vivem com as suas famílias estão salvaguardadas. Existe também uma consolidação e uma corroboração com aquilo que é o ambiente.

Claro está que, durante muitos anos, também o Partido Social Democrata andou na defesa do ambiente e a dizer que as casas tinham que ser demolidas. Mas para além das questões que aqui foram focadas, estas pessoas são as que estão no público, e muitos de nós conhecemos aquele espaço, sabemos as dificuldades que lá se passam, desde a água, desde a saúde, até aos transportes. A Câmara Municipal de Faro, por exemplo, faz circular transporte pela Ilha do Farol e pela Ilha da Culatra, mas nos Hangares existe apenas uma carreira de foro privado. Claramente existe um conjunto de circunstâncias que não são de igualdade. A igualdade não existe efetivamente. E pelo facto de se votar contra uma moção do Partido Comunista, não quer dizer e não se pode apagar todo o trabalho que efetivamente o Sr. Deputado Luís Graça, entre outros, do Partido Socialista, têm vindo a desenvolver a favor das populações das Ilhas-barreira.

Isto dizendo, e terminando, que as pessoas que ali estão são o rosto das gentes da Ilha, que também constituem o concelho de Faro, tal e qual como a zona rural do concelho de Faro. Mas mais do que isso, aquelas pessoas vivem e sentem a terra porque tiveram lá avós, têm lá pais, têm lá filhos e querem continuar. Mas há que salvaguardar os direitos, a favor da lei, a favor dos bons costumes, e é aquilo que o Partido Socialista quer e irá fazer.

Hoje, saia daqui a decisão que sair, há um compromisso do Partido Socialista com as pessoas que estão nesta sala. Existem trabalhos aqui em Assembleia Municipal, mas que são feitos no dia a dia quando se vai lá à ilha. São feitos no dia a dia quando as pessoas da Ilha vêm a Faro. Sim, a Faro, porque os Hangares, a Culatra e o Farol também são Faro. E é isso que nós não podemos esquecer, embora Olhão esteja a defender também, com a Câmara Municipal, mas é dever prioritário desta autarquia, porque aquele território administrativamente pertence a Faro, defender os direitos destas pessoas. Não é apenas com esta moção, com certeza, porque muito mais para além desta moção é possível fazer.

Já aqui foi falado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na condição também de Deputado que exerce na Assembleia da República. É

um prazer vê-los aqui e sei que o caminho será feito, de certeza absoluta, a favor dos interesses e das garantias das pessoas.

Disse.»

O membro da AM, Catarina Marques (CDU) – «Obrigada, Sr.ª Presidente.

Eu estou... nem sei que sentimento posso revelar depois disto tudo que ouvi aqui. Porque isto é de uma demagogia da parte de algumas pessoas que me faz “comichão”, desculpem lá a expressão. É que salta do PSD para o PS, do PS para o PSD, com questões demagógicas das populações e coitadinhos e quem é que vai tomar conta deles..., e andamos aqui há anos a chutar a bola do PSD para o PS, do PS para o PSD. O PSD está no Governo é a favor das demolições, o PS passa para o Governo, deixa de ser, passa o PS a favor das demolições...

Ó meus senhores: assumam o que é que pretendem fazer das ilhas, porque isto é uma questão de assumir politicamente; o dia a dia é muito interessante, mas a vida destas pessoas é decidida é nos órgãos administrativos, nomeadamente na Assembleia da República.

Portanto assumam, não venham para aqui com histórias de foste tu e fui eu, e fui eu e foste tu, porque isso aqui não se resolve nada. E mais, há uma questão aqui que está a ser esquecida, um elemento central: é que se as demolições não avançaram mais foi porque as pessoas não deixaram, foi pela luta das populações. E o PS vem dizer: não são sessenta, não são oitenta, não são duzentas, não são cem, são vinte e duas. Não interessa, são casas! E deviam ser zero! E devia-se reconhecer os núcleos e não é isso que se tem feito.

Portanto já chega, assumam as posições que têm, deixem-se de demagogias e vamos resolver os problemas das pessoas, nos sítios onde eles podem ser resolvidos. E como eu já disse aqui e volto a dizer, o Partido Comunista tem um Projeto de Resolução, dado entrada na Assembleia da República, eu quero ver a vontade política dos vários Partidos com assento na Assembleia da República relativamente a esta matéria. Porque isso, com certeza, meus senhores, vai esclarecer muitas das coisas que aqui já foram ditas hoje.

Muito obrigada e peço desculpa por me ter alongado.»

O Presidente da Câmara Municipal – «Só dizer ao Sr. Deputado Luís Neves, que quem gere os transportes para as Ilhas é a Docapesca, não é o Município. O Município gere apenas os transportes escolares.

No concelho, na zona terrestre, também não é o município, são privados e nós temos algumas concessões e alguns transportes pagos por nós.

Era só para lhe dar esta nota porque pelos vistos não sabe. Obrigado.»

Seguidamente passou-se à votação da moção apresentada pela bancada da CDU.

VOTAÇÃO

Votos contra – 13 (12PS; 01PPM)

Abstenções – 12 (10PSD; 02CDS)

Votos favor – 06 (03CDU; 01BE; 01PAN;01MPT)

Face ao resultado obtido na votação, a referida moção foi rejeitada.

Seguidamente o membro da Assembleia Municipal, Luís Graça, retomou o lugar na presidência da Mesa, passando a dirigir os trabalhos.

O Presidente da Assembleia Municipal – «Vamos dar seguimento à próxima moção apresentada pelo Partido Socialista, “Cidadãos farenses em situação de Sem-abrigo”.»

O membro da AM, Susana Joaquim (PS) – «Boa noite a todos os presentes.

Vou passar a ler a seguinte **Moção**: “Cidadãos farenses em situação de Sem-abrigo.

O direito de cada pessoa a um nível de vida condigno está consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se prevê, entre outros, o direito à habitação.

A Constituição da República Portuguesa, determina, que “Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão

adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”.

A Bancada do Partido Socialista pretende partilhar com todos os membros desta Assembleia Municipal a preocupação com os cidadãos que estão em situação de sem-abrigo no concelho de Faro, uma vez que, devido à situação de extrema vulnerabilidade, requerem uma intervenção especializada até que seja encontrada uma solução para o seu realojamento.

De acordo com a Estratégia Nacional para a integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, a intervenção deve assentar em três eixos, que visam a promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação, o reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo, bem como a coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSA.

Em 2009 foi criada a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, a qual tinha como objetivo a criação de condições que garantissem a promoção da autonomia das pessoas em situação de sem-abrigo, através da mobilização de todos os recursos disponíveis de acordo com o diagnóstico e as necessidades individuais, com vista ao exercício pleno da cidadania.

Da avaliação da ENIPSA 2009-2015, resultam as recomendações para reforçar as medidas a implementar em cada objetivo estratégico e criar as condições necessárias para a sua implementação.

No concelho de Faro foram identificadas 42 pessoas em situação de sem-abrigo em 2017, pelo grupo de trabalho do NPISA-Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Faro. Destes 42 cidadãos em situação de sem-abrigo, nenhum foi realojado pela Autarquia de Faro, nos apartamentos partilhados, durante o ano de 2017.

Apenas existem nove camas para acolher em regime temporário os cidadãos em situação de sem-abrigo, no Centro de Alojamento Temporário do MAPS – Movimento de Apoio à Problemática da Sida.

Com necessidade de realojamento, encontram-se ainda seiscentos e sessenta e quatro agregados familiares sinalizados e com inscrição ativa para pedido de habitação social.

Considerando que a situação de sem-abrigo é uma das formas mais extremas e mais visível de exclusão, sendo que está associada a um conjunto de problemáticas, nomeadamente, falta de emprego, debilidades ao nível educativo e perda das redes sociais de integração social.

Compete ao Município as competências no âmbito do desenvolvimento e da ação social, assim como, a responsabilidade de coordenar o grupo de trabalho com os parceiros sociais no combate à pobreza e à exclusão social.

A bancada do Partido Socialista considera que a Câmara Municipal de Faro deve:

- Criar estratégias de intervenção que visem a rentabilização dos recursos humanos e financeiros existentes no concelho, com recurso a uma forte rede de parcerias entre a Autarquia e as Instituições de Solidariedade Social, por forma a melhorar a intervenção ao nível da prevenção das situações de sem-abrigo;
- Criar soluções de alojamento de emergência social, disponibilizando habitações partilhadas para acolher temporariamente cidadãos em situação de sem-abrigo;
- Garantir a eficácia e eficiência na intervenção da autarquia com objetivo de evitar que cidadãos continuem a permanecer na rua.”

Obrigada.»

O membro da AM, João Beles (PAN) – «Boa noite.

Foi levantado este problema dos sem-abrigo, e vivendo eu na freguesia do Montenegro, um dos assuntos que mais sinto, porque são meus vizinhos e nos preocupam, é que na estrada do aeroporto, quando houve o alargamento da mesma, ficou a morar um casal e uma filha, de etnia cigana, no cimo do monte, mas por onde passam todos os turistas que frequentam o aeroporto.

E se as pessoas forem junto da rotunda aérea que vai para a Universidade, vive lá uma velhota, julgo que com uma filha (porque o marido já morreu), desde que aquilo foi construído há cerca de vinte e tal anos. São pessoas humildes, vivem, julgo eu, da apanha da azeitona e da apanha da amêndoa, são pessoas até simpáticas que não incomodam ninguém e que a autarquia e a Freguesia do Montenegro deveriam olhar para elas com olhos de ver.

Há outros que junto da estação de tratamento montaram lá umas barracas que também deverão acabar.

Mas em relação a esta que eu estou a referir, peço ao Sr. Presidente da Câmara, se for possível, porque é um ponto negro da Freguesia do Montenegro, que se podermos, nos últimos anos de vida das pessoas, tirá-las de lá e deitar a barraca abaixo. Muito obrigado.»

O membro da AM, Botelho Agulhas (CDU) – «Em primeiro lugar, e sem nenhuma intenção que não seja esclarecer-me, perguntava à bancada do Partido Socialista se isto é realmente uma moção, se é uma proposta de recomendação ou se é uma declaração política.

E digo isto porquê? É que isto passa dos considerandos para os considerandos: “*A bancada do Partido Socialista considera que a Câmara Municipal de Faro deve...*”. Se considera, “considera”, não propõe! Portanto, não me parece que isto possa ser assim. De qualquer das formas também não é por aí, o que interessa de facto é o conteúdo.

Naturalmente – e certamente darão esse benefício, pelo menos entendo que assim seja – nós estamos empenhados em resolver este problema de exclusão social há muito tempo, precisamente aqui nesta altura em que a moção (ou a recomendação, não sei) fala que a Constituição da República Portuguesa em 1976 determina. É verdade: determina! Mas houve algumas forças políticas que pouco depois criaram um franquismo contra a revolução que permitiria de facto resolver estes problemas sociais de fundo, que já existiam na sociedade portuguesa e que em determinada altura esbateram-se e que agora voltam novamente.

Isto tem de facto uma causa, o efeito está aqui patente, mas a causa não se fala. É como o verso dizia: “*Do rio que corre violento...*”, toda a gente via

que o rio corria violento, só que não via que as margens é que o estavam a oprimir! E é exatamente isto que está aqui.

Portanto, a bancada do Partido Socialista pretende partilhar – muito obrigado, senhores da bancada do Partido Socialista – mas nós há muito que estamos empenhados nisto, pelo menos pela nossa parte. Portanto não partilhamos, estamos ativamente, independentemente de conseguirmos ou não resolver o problema.

Vamos lutar por uma sociedade que tenha condições objetivas e políticas para resolver este problema, de acordo com a estratégia nacional, etc. etc. Podem vir as estratégias que assim entenderem, pode o Sr. Presidente da República eleger o seu mandato para resolver este problema, que isto não se vai resolver assim. Tem que se resolver com a ação concreta com forças políticas e sociais que resolvam de facto o problema dos trabalhadores.

Os sem-abrigo não têm só falta de abrigo, têm fome, têm aquilo que o ser humano não pode ter menos, e têm alguma dignidade. Porque mesmo perante todas estas demagogias que quando aperta o frio se decreta o alarme amarelo ou vermelho ou coisa que valha, se corre a arranjar umas casinhas e um bocado de água quente, para que alguns deles, naqueles dias, pelo menos não tenham frio.

E já agora dizer o seguinte: quem se empenha generosamente como voluntários para ajudar estas pessoas, sem dúvida alguma que tem mérito. Naturalmente que se calhar eles também sabem que aquilo é para minimizar o mínimo dos mínimos e que não resolve o problema. E penso que o Partido Socialista devia saber isto muito bem, tem muito mais obrigação de o saber do que essas pessoas.

Portanto, independentemente de considerarmos que a Câmara Municipal se deve empenhar em arranjar soluções para minimizar, mas não pode ser só a Câmara Municipal a fazer isto. E o Governo não pode passar só por fazer a análise e a criar grupos.

Meus caros senhores, nós estamos a favor de se resolver a exclusão social e o problema das pessoas que estão nessa situação. Não estamos a favor de demagogias, de maneira nenhuma. Consideramos importante que se tomem medidas e se caminhe no sentido de estas medidas não terem

semelhanças com a caridadezinha e não resolverem o problema das pessoas. Aqui foram referenciados quarenta e dois casos, eu não sei se não há mais, se calhar até estão numa casa sem telhado, não se veem na rua, mas existe muita gente com problemas deste tipo.

Estamos de acordo e a consciência fica mais leve quando tomamos uma medida para ajudar, mas a nossa obrigação não é só ajudar, é transformar a sociedade no sentido que essas pessoas sem-abrigo vão desaparecendo. Tenho dito.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Eu vou dizer uma coisa que sou o primeiro a não ter respeitado, mas nós ainda temos mais quatro moções para discutir e são 23.08h, mas contra mim falo, é mais difícil cumprir do que anunciar...»

O membro da AM, Francisco Soares (PSD) – «Muito obrigado Sr. Presidente, cumprimento todas as bancadas políticas, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e naturalmente o público aqui presente.

Os sem-abrigo são realmente uma problemática social das mais difíceis de resolver e de encarar. E, numa primeira abordagem, poderia dizer que uma moção com esta temática, nesta Assembleia, pode representar uma preocupação social e até humanista que eu posso acompanhar nesses princípios. Porém, é uma problemática tão difícil de trabalhar, que convém conhecer a realidade sobre a qual estamos a falar. Porque a realidade é sempre muito mais complexa do que as nossas opiniões. E opiniões temos sobre isto como temos sobre outros aspetos que não estudámos, que não lemos e convinha aqui fazer alguns esclarecimentos mais técnicos do que devemos entender por “sem-abrigo”.

Até 1976 era inclusivamente proibido ser sem-abrigo; isto passou a ser despenalizado nessa altura e ainda bem. Há países tão desenvolvidos ou até mais do que nós, como é o caso da França, que têm tido nos últimos anos algumas ações, até muito contestadas pelas populações, em que põem picos para que os sem-abrigo não se possam refugiar em determinados lugares e isso é absolutamente desumano. Hoje e felizmente, ou infelizmente por outro lado, um psicótico pode viver na rua e não se pode tirar contra a sua vontade.

Eu, não querendo ser também muito longo, mas queria dar aqui uma sustentação mais técnica e científica do caso, para não termos aqui só opiniões, *porque coitadinhos dos sem-abrigo e todos temos pena dos sem-abrigo...* e depois eles continuam a existir.

Eu queria aqui citar António Bento, que é um psiquiatra que é referência mundial na área dos sem-abrigo. E este senhor diz, pelos seus estudos, que 90% destes casos são casos psiquiátricos. As pessoas ingressam nisso por toxicod dependência, por alcoolismo, mas por patologias mentais. E mesmo os que têm o alcoolismo e as toxicod dependências, também têm sempre associadas as patologias. E isto são cerca de 90% do fenómeno. São pessoas que se habituaram a viver assim e é muito difícil retirá-las da rua.

Depois há outros 10% que entraram nisto por desemprego, perda de habitação e estes não sabem viver dessa forma, estes vivem com outro tipo de sofrimento e até têm vergonha de pedir inclusivamente ajuda.

Portanto, não são simplesmente os pobrezinhos em quem nós vamos derramar algum dinheiro de investimento e que lhes vamos resolver o problema. Isto é bem mais profundo do que isso. Ninguém chega a sem-abrigo sem ter um histórico muito longo e um histórico de muito sofrimento.

E eu queria aqui citar mais uma pessoa que nos merece também muita consideração, que é o nosso Presidente da Assembleia da República, o nosso Presidente Ferro Rodrigues, que quando foi Ministro da Solidariedade disse o seguinte: *Quando assumi a pasta achava que, dentro das questões sociais, os sem-abrigo eram a mais fácil de resolver. Porém, não basta haver dinheiro ou condições.*” Portanto, estamos a falar aqui de um conceito muito complexo e não bastará termos aqui todos a boa vontade e achar que este não fez, ou que o outro fez mais, ou menos. Tem de haver aqui efetivamente um plano. Um sem-abrigo não é propriamente um pobre, mas é uma pessoa que já chegou ao fim da linha e que já perdeu tudo, perdeu a família, perdeu o trabalho, perdeu a casa, não tem nada. Um sem-abrigo é, geralmente, uma pessoa que já perdeu inclusivamente a sua identidade. E ao perder a sua identidade ele pode achar milhentas coisas: ele pode achar que está bem, ele pode achar que é

rico, ele pode achar que tem tudo e que tudo é dele. Resiste à intervenção das pessoas que lhe querem jogar a mão, e esta é a situação que é mais relatada pelas pessoas que trabalham nesta área social, e chegam inclusivamente a ser agressivos quando se pretende ajudar, de forma compulsiva. Portanto, eles acabaram por organizar uma vida com uma família afetiva alternativa, de outros que partilham os papéis com eles. Eles continuam nas drogas, no álcool, eles têm ligações afetuosas nomeadamente até a animais e vivem uma felicidade que é uma felicidade alternativa. E isto é muito complexo. Quando nós falamos do que é a felicidade para nós e aquilo que nós queremos para nós, até parece que bastaria retirá-los, obrigá-los a ir para algum lar e nós resolveríamos essa situação. Isso não acontece.

Um sem-abrigo é um problema sobretudo da área da psiquiatria, ele é multifatorial, portanto há muitos fatores que podem conduzir um indivíduo a isso e há fatores que são intrínsecos, são do próprio. Portanto, isto torna extremamente difícil a intervenção. A recuperação é longa, mobiliza pilares sociais, da ação social, da psicologia, psiquiatria, sociologia etc., e é muito longo, chega a levar um ano ou mais para se poder retirar um indivíduo destes da rua, onde ele gosta de viver, ao fim e ao cabo. Não é possível substituir aquilo que é a área de conforto deles de um momento para o outro e simplesmente arrancá-los para algum lugar. Aquilo acaba por ser a casa deles e não há, efetivamente, soluções fáceis para problemas que são muito difíceis.

Portanto, relativamente a isto o que eu queria dizer, sobretudo, é que não podemos desistir de ninguém e que aquilo que percebi, porque fui também ver, e que estava a ser feito no concelho (que temos um Núcleo de Planeamento e Intervenção dos Sem-abrigo que utiliza uma metodologia da estratégia nacional para a integração dos sem-abrigo, tem trabalhado, tem os registos daquelas pessoas todas que aqui foram referenciadas), aquilo que percebi, até porque indaguei também o Executivo, é que no período de mais frio foi feita uma intervenção junto deles, foi procurado retirá-los da rua e eles recusaram essa ajuda, o que é típico nestas circunstâncias.

Portanto, aquilo que me parece é que o que se pode fazer está a ser feito, dentro do plano que está delineado para isso, e esta moção, por aquilo que estou aqui a dizer, é um documento que não acrescenta nada àquilo que já se vai fazendo.

Acompanho aquilo que diz aqui o Sr. Deputado Agulhas, relativamente à estrutura do documento, não me parece ser um bom documento e que acrescente. Porém, uma situação de tanta dificuldade, em termos humanistas, merece o nosso apoio e penso que todas as bancadas se deveriam unir neste esforço de procurarmos, em conjunto, com mais voluntários, potencializando aquilo que as instituições podem e estão a fazer, no sentido de que se reduza este drama, porque isto é um drama muito profundo, não é simplesmente uma pessoa que não tem dinheiro e que ficou na rua e que nós a vamos retirar com alguma facilidade.

Portanto, era esta introdução mais técnica, Sr. Presidente, e talvez um pouco mais demorada, para ilustrar aqui um pouco a complexidade que é ser sem-abrigo.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Susana Joaquim (PS) – «Obrigada, Sr. Presidente.

Para quem não sabe, eu trabalho na equipa do protocolo do Rendimento Social de Inserção. Trabalho diretamente e como técnica de primeira linha com as pessoas que são beneficiárias do rendimento social de inserção, sou técnica gestora de processo, e nomeadamente as pessoas que estão em situação de sem-abrigo. Por isso, esta moção quando foi elaborada não foi com base em demagogias, até foi com base e com suporte na estratégia nacional e também no trabalho que conheço e que sei que a Câmara faz em conjunto com as instituições do concelho.

Agora, existe uma necessidade, e aí discordo do Sr. Deputado Francisco quando refere que as pessoas querem ficar na rua. De facto, existe um conjunto de problemáticas, a saúde mental é uma problemática, existem adições, é uma problemática. No entanto, temos um bom exemplo: os casos de sucesso que o MAPS tem conseguido, através do apartamento partilhado que tem. É verdade, um protocolo com a autarquia em que tem nove camas e que as pessoas, com o devido acompanhamento, conseguem

autonomizar-se. E conseguem, de facto, depois criar condições para arrendar um quarto, uma casa e assim gradualmente. Mas numa primeira instância, tem de haver uma resposta a nível de alojamento, e esta proposta o que pretende é que sejam criadas condições para que no lugar de termos, no concelho de Faro, nove camas, possam existir mais camas. Não digo que as quarenta e duas camas, mas que gradualmente possam ser criadas condições para que este número possa ser maior. E que se consiga alcançar um maior número das pessoas que carecem de ajuda. E trabalhar a prevenção, de facto, é a chave para evitar que as pessoas cheguem ao ponto de situação da rua, de sem abrigo, porque existe um conjunto de problemáticas associado muito vasto, como refere, concordo e subscrevo, mas a habitação é, de facto, uma necessidade que existe, porque a nível da saúde mental é possível encaminhar as pessoas, existe um acompanhamento. Existem equipas de rua que estão a trabalhar. Temos a CASA, temos o MAPS, temos o GATO, do qual eu faço parte, e temos equipas de rua. Eu faço parte do grupo de ajuda a toxicodependentes e estas equipas trabalham, mas depois se não houver um sítio onde os possamos colocar para adquirirem novamente os hábitos habitacionais, como é que se vai criar as condições para a sua autonomia? Como é que se vai criar condições para a integração no mercado de trabalho? Como é que se vai criar condições a nível de melhoria das habilitações literárias? Deixo aqui no ar a reflexão.

Entretanto, nós aceitamos a consideração da CDU e alteramos: onde diz *a bancada do Partido Socialista* “**considera**”, substitui-se e fica “**propõe**” à *Câmara Municipal de Faro*.

Obrigada.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para dar um pequeno esclarecimento neste tema. Se nenhum membro da Assembleia levantar oposição dava a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.»

O Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado Sr. Presidente. Queria só dar aqui uma nota para esclarecer alguns aspetos. Eu concordo plenamente com o que está aí e isso não está em causa, agora queria

separar aqui três coisas. Primeiro, uma coisa é o realojamento, que é o caso que o Sr. Deputado do PAN acabou de referir; outra coisa são problemáticas ligadas à sida, ligadas à toxicodependência, esse tipo de problemáticas; outra coisa é aquilo que eu chamo os sem-abrigo. E explico porquê. Os quarenta e dois casos que aí estão, que se têm mantido sensivelmente os mesmos – o mesmo número, não as mesmas pessoas – há pelo menos vinte anos, são casos muito complexos. E queria só deixar esta nota. Os que nós temos em Faro – que estão todos referenciados e por isso é que a gente sabe que são quarenta e dois – que periodicamente são acompanhados pela nossa Ação Social e por outras instituições, recusam qualquer ajuda, recusam qualquer aproximação. Só para vos dar uma nota: há quatro anos que nós fazemos isto, quando vêm estas vagas de frio, vamos ter com eles; só para vos dar uma nota, temos casos que foram perfeitamente presenciados, de nós entregarmos mantas e quando vimos embora eles vão pô-las no caixote de lixo.

Temos casos, ainda agora da última vez, houve uma situação em que a Proteção Civil, a Ação Social, a Cruz Vermelha, a ReFood que participou connosco, de quando se aproximarem serem apedrejados. Portanto, estas situações inserem-se dentro daquele âmbito que o Dr. Francisco Soares acabou de referir e são todas diferentes. São casos de – entre aspas – “estilos de vida”, eles não querem ajuda, não querem ir para qualquer lado. Temos inclusivamente um caso de um senhor que tem uma irmã que tem uma casa (que era da mãe que já morreu) e não deixa a irmã aproximar-se, não vai para casa, vive apenas na rua.

Portanto, só queria deixar esta nota, porque esta problemática é muito complexa e eu, sinceramente, não tenho solução. E os técnicos vão acompanhando, mas não conseguimos recuperar rigorosamente nenhum. Inclusivamente aqui há dois anos, no mercado, havia uma senhora que estava com problemas de saúde, na boca; tivemos que meter o tribunal a ajudar-nos para conseguirmos, à força, levá-la ao hospital.

Muito obrigado.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Passaríamos então à votação da moção do Partido Socialista “Cidadãos Farenses em situação de sem-abrigo”»

VOTAÇÃO

Votos a favor – 27 (12PS; 10PSD; 02CDS; 01MPT; 01PAN; 01BE)

Abstenções – 04 (03CDU; 01PPM)

Votos contra – 00

Face ao resultado obtido na votação, a referida moção foi aprovada por maioria.

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) «Sr. Presidente, nós estamos no período de moções, e eu não quero aqui desvalorizar a importância da participação do Sr. Presidente na discussão das moções, mas nunca foi regra nem aconteceu na discussão das moções... quem discute as moções e quem participa na sua discussão são os membros da Assembleia Municipal, o senhor Presidente não pode interferir quando se está na discussão das moções. É com todo o respeito que tenho pelo Sr. Presidente da Câmara, mas isto não pode voltar a acontecer. Tenho dito.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «O membro do Partido Socialista, Carlos Alberto, perdeu a oportunidade de ter dito isso uns minutos antes, porque eu coloquei à consideração da Assembleia, dizendo que o Sr. Presidente tinha solicitado para usar da palavra, se alguém se opunha. E portanto, da próxima vez, basta uma bancada dizer: *eu oponho-me, porque acho que não há utilidade, porque não há...* argumentar, e com certeza que eu respeitarei aquela que é a vontade da Assembleia Municipal.

Vamos passar a discutir a moção entregue pelo grupo municipal do PSD, “Pela atribuição de confiança à Administração dos Hospitais do Algarve”.

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «É para dar uma informação e pedindo licença à Assembleia para me ausentar: face ao teor do conteúdo desta moção e às funções que desempenho na Administração Pública, não estarei presente.

Muito obrigado.»

O membro do grupo municipal do PSD, Tiago Botelho, ausentou-se da sala.

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Peço a palavra para defesa daquilo que eu disse inicialmente, para defesa desta bancada. Eu referi que havia aqui moções e não pode acontecer isto, Sr. Presidente. Cada vez que o PSD apresenta uma moção e o líder da sua bancada, na discussão dessa votação, sai da sala. Sr. Presidente há princípios que nós devemos seguir. Isto não pode acontecer.»

O membro da AM, Nuno Esteves (PSD) – «Boa noite, Sr. Presidente, em seu nome cumprimento todos os presentes.

A memória às vezes é curta, mas eu gostava de salientar que o Dr. Apolinário muitas vezes se ausentou aqui em votações, não há muito tempo, e nessa altura não vi este problema levantado pela bancada do PS.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «E quem é que da bancada do PSD vai apresentar a moção?

Muito obrigado, tem a palavra...»

O membro da AM, Berta Dias (PSD) – «Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Faro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Membros do Executivo, Exm^{as} senhoras e senhores Deputados, digníssimo público.

“MOÇÃO: Pela atribuição de confiança à Administração dos Hospitais do Algarve.

Concretizou-se neste mês de fevereiro uma decisão do Governo anterior, tomada em 2015, de admitir enfermeiros para os Centros de Saúde do Algarve, uma excelente notícia para os cuidados de saúde primários e que os farenses saúdam, porque a prevenção da doença e a promoção da saúde são elementos basilares no Sistema Nacional de Saúde e os enfermeiros são uma classe fundamental dos nossos serviços.

Contudo, das 65 vagas, foram preenchidas 52 e, de 2015 para 2018 muito mudou, pelo que este desfecho peca por tardio, uma vez que já não vai a tempo de repor todas as saídas que, entretanto, ocorreram.

Sabe-se agora também que 43 desses “novos” enfermeiros saíram dos Hospitais e ainda não foram repostos, nomeadamente no Hospital de Faro. Neste inverno, infelizmente, os farenses assistiram, como todo o país, com muita preocupação a várias reportagens na televisão em que os enfermeiros do Hospital de Faro se lamentaram por serem poucos para atender condignamente os doentes e por estarem exaustos de tantas horas extraordinárias a que foram obrigados.

Sabe-se que estes 43 enfermeiros saíram dos Hospitais para os Centros de Saúde em dezembro, janeiro e fevereiro, ou seja, no pico da síndrome gripal, durante o qual o número de doentes na urgência chega a ser maior do que no verão, quando a região recebe três milhões de turistas.

Sabe-se que o pedido de substituição destes quarenta e três enfermeiros, assim como o pedido de reforço de mais de cinquenta enfermeiros, está há meses para ser despachado no Governo, o que é inaceitável e irresponsável.

Este concurso já decorre desde 2015, ou seja, o Governo sabia que a todo o momento, iriam sair enfermeiros do Hospital, pelo que não se compreende porque não foram autorizadas as substituições atempadamente, mesmo, tendo o Primeiro-Ministro visitado o Hospital de Faro há pouco tempo.

A Assembleia Municipal de Faro entende que a Administração dos Hospitais do Algarve deve ter competência para contratar diretamente todos os profissionais que tenham de ser substituídos, pelo que essa confiança e essa delegação de competências, tem de ser dada pelo Governo.

O discurso de tratamento especial para o Algarve que o Sr. Ministro da Saúde fez em março de 2016, quando empossou a anterior administração dos Hospitais, entretanto substituída, tem de ser consequente e não pode o Sr. Ministro continuar a minorizar os gestores públicos que nomeia para a região, em especial quanto tem de se pedir autorização ao Ministério das

Finanças para substituir pessoal durante o pico do inverno, mesmo sem nova despesa.

Desta moção deve dar-se conhecimento o Sr. Ministro da Saúde, ARS do Algarve, ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, à Ordem dos Enfermeiros, ao Sindicato dos Enfermeiros, ao Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e ao Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem.”

Obrigada.»

O membro da AM, João Beles (PAN) – «Desta moção apresentada pelo PSD, eu tenho muitas dúvidas. Procurei informar-me junto de enfermeiros e de pessoas que estão a par deste assunto.

O primeiro aspeto que eu quero focar é que eu pertenci ao Ministério da Educação, fui professor, e nunca a Direção de Educação de Faro tinha poderes de contratar pessoas, não estou a perceber como é que a moção vem dizer para dar capacidade de contratar enfermeiros a uma Direção dos Hospitais do Algarve. Isso tem a sua tramitação e tem as suas autorizações, e a pessoa que fez essa proposta certamente percebe do assunto e como é que essa tramitação se confirma.

Depois, há outro aspeto e também me foi esclarecido, e gostava que alguém da bancada do PSD me pudesse esclarecer, é que com os concursos que se fazem de enfermeiros, saem uns entram outros, o concurso, segundo sei, já vem do tempo do anterior Governo e tem sido muito difícil, porque muitas pessoas desistem e vão para o particular e depois esses concursos, é capaz de ser uma coisa parecida com o que está a acontecer no Ministério da Educação, que as pessoas depois de terem posto a cruzinha num determinado sítio queriam voltar atrás.

Eu gostaria de ser esclarecido por alguém que soubesse. Muito obrigado.»

O membro da AM, Botelho Agulhas (CDU) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom, este *escrito* que aqui está – que ao menos podiam ter mantido como folha, mas tratado como esta Assembleia merece, digamos, com uma moção bem construída – para nós, como é óbvio, também não é moção.

Continua aqui o mesmo problema: os considerandos confundem-se e não se sabe o que é que se propõe para deliberação.

Em relação ao conteúdo, dizer que algumas das coisas que a moção aqui traz nos preocupam, naturalmente, mas não fazemos isto, até porque estamos num patamar completamente diferente do PSD. O PSD parte de um patamar que não tem moral nenhuma para fazer essas críticas. Do patamar que parte é daquilo que causou ao Serviço Nacional de Saúde, portanto, quase o destruiu completamente. A ideia, com certeza que seria deixar um Serviço Nacional de Saúde para os pobrezinhos e o resto ir tudo para o privado, e foi por aí que o caminho seguiu.

Naturalmente, o que temos hoje é muito lento e é necessário muito mais. E mais: solidarizamo-nos também com a luta dos enfermeiros, com a luta dos técnicos, dos médicos, relativamente àqueles que querem, de facto, que o Serviço Nacional de Saúde chegue onde tem de chegar. Mas estamos contra demagogias e não aceitamos as demagogias.

Sem dúvida alguma é preciso fazer muito mais, mas também é preciso ir para o terreno, como nós fomos de há alguns dias a esta parte, percorrer os Hospitais e os Centros de Saúde do Algarve, no sentido de nos inteirarmos daquelas coisas que são de facto verdade e não boatos. O que encontramos foi muitas deficiências, muitas falhas, é preciso que se ande muito mais depressa para conseguir tapar todos aqueles buracos que foram deixados pelo Governo do PSD e do CDS. E é preciso ter a consciência disso. Porque neste momento chegar a um Hospital, ser mal atendido, não olhar para trás e não verificar o que é que foi feito antes que causou aquele problema, parece-me que politicamente é desonesto.

Portanto, nós, em relação a esta pretensa moção, naturalmente que não vamos estar de acordo, porque não contribuimos para que o PSD sacuda as suas responsabilidades em relação a estes problemas todos que temos no nosso país – e que não é só no Serviço Nacional de Saúde, são muito mais – e que depois se arvora, novamente, em defensor dos pobres, das pessoas, da economia etc., para serem novamente Governo e fazer as mesmas coisas e entregar ao grande capital tudo aquilo que é deste povo. Portanto, não vamos estar de acordo com esta dita moção.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara (que não está agora presente) e vereadores também aqui presentes e muito boa noite aos membros desta Assembleia Municipal e ao público que está aqui presente.

Começo por dizer que a bancada do Partido Socialista não sabe o que é que falta mais à bancada do PSD/CDS, se é falta de topete, se é falta de memória. Desconfiamos que sejam os dois. Há falta de vergonha e, aparentemente, também há muita falta de memória relativamente a tudo aquilo que já aqui aconteceu, e com o verdadeiro ato criminoso que ao longo de quatro anos foi perpetuamente feito pelo anterior Governo.

Ora, então vamos um bocadinho a factos. Estamos a falar dos responsáveis diretos pela saída de centenas de enfermeiros do país, que foram *convidados* a emigrar. Falamos de uma classe profissional que foi convidada a sair de Portugal para ir trabalhar lá fora, com uma oferta ridícula, mísera, de pouco mais de três euros à hora. Eu acho que devia haver um bocadinho de vergonha em apresentar uma moção deste género. Estamos a falar de um Partido que, no Governo, não contratou enfermeiros, durante anos a fio.

Atenção, vamos a mais factos. O ano de 2014 foi o ano com menor número de trabalhadores de sempre no Serviço Nacional de Saúde. Foi o Partido, o Governo, que teve mais desinvestimento na área da saúde. Se o Sistema Nacional de Saúde está como está, deve-se tão somente a uma governação passada de quatro anos. Não se deve nem ao Partido Socialista, nem ao PCP, nem o Bloco de Esquerda.

Mas, como não ficamos por aqui, vamos a mais factos, porque esta moção tem aqui factos que são erróneos. E muitos deles levam a que as pessoas caíam também em erro. Então vejamos: falamos aqui de um concurso público, de 2015, aberto por altura das eleições; falamos de um concurso para 754 enfermeiros; 754 enfermeiros para o Serviço Nacional de Saúde. Este concurso público, não só não estava cabimentado, como era absolutamente inexecutável, porque caso não saibam, previa *apenas* a entrevista de cada um destes concorrentes. Não falamos de entrevista de 754 enfermeiros, falamos da entrevista de todos os concorrentes a um

concurso público, ou seja: se concorressem 10 mil enfermeiros ao concurso, falávamos de 10 mil entrevistas a estes enfermeiros. Pergunto eu: isto é exequível, este concurso?

Mas não nos ficamos também por aqui. Porque este concurso, além de ser absolutamente inexecuível, não só não teve bolsa de recrutamento, como os próprios lugares não estavam distribuídos. Portanto, ficamos na total ignorância de quantos é que viriam para o Algarve, porque não foram distribuídos. E foi porque este concurso esteve feito nestes moldes que, hoje em dia, o Partido Socialista e o Governo ainda não conseguiram colocar estes enfermeiros. Porque o Governo do Partido Socialista está neste momento a tentar corrigir aquilo que foi feito de forma errada pelo anterior Governo, em 2015, quando lançou este concurso à boca de umas eleições.

Portanto, soa-nos de total falta de memória, para não ir mais longe, que venham aqui falar deste concurso.

Mas eu vou mais longe ainda. Não são 43 enfermeiros. Os números que aqui nos são dados, nesta pretensa moção, não são 43; o número de enfermeiros que saíram são 32 e muitos deles já colaboravam com os cuidados primários de saúde.

Ainda mais: às vezes o facto de dizermos uma inverdade não a torna verdade. Não vale a pena dizermos muitas vezes para que se torne verdade. Quando diz aqui, nesta pretensa moção, “...*mesmo tendo o Primeiro-Ministro visitado o Hospital de Faro há pouco tempo*”... eu não sei quando é que isto foi... Eu gostava muito que me informassem. Foi quando? Foi quando o Primeiro-Ministro veio a Faro, à CCDR? Foi aí? Quando tentam lançar uma notícia a dizer que o Primeiro-Ministro vai ao Hospital de Faro? Foi aí, nesse momento?

Esta moção não tem razão nenhuma de ser! Mas posto isto, e tecidas todas estas considerações relativamente a esta moção, eu só tenho mais uma coisa a dizer: é que de forma nenhuma a bancada do Partido Socialista seria contra a contratação de enfermeiros, bem pelo contrário. A bancada do Partido Socialista e o Governo Socialista é totalmente a favor de contratar enfermeiros. Mas nós temos moral para o fazer e temos moral

para o dizer. E se votamos contra esta moção, votamos contra esta moção porque esta moção não passa de uma falta de memória muito grande e de uma falta de moral muito grande.

Por outro lado, e só para terminar, Sr. Presidente, peço-lhe apenas mais 30 segundos, gostava ainda de perguntar à bancada do PCP como vai votar, porque acabei por não perceber.

E por fim, deixar uma nota de louvor a todos os médicos, a todos os enfermeiros e a todos os técnicos e trabalhadores em geral, não apenas do Hospital de Faro, mas de todo o CHUA, pela sua dedicação à causa, que nós sabemos que é muita.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Nós temos todos que fazer novamente um esforço, e eu faço esse apelo, para sermos concisos.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Eu faço minhas palavras, as palavras dos anteriores oradores no cumprimento dos autarcas aqui presentes e do público.

Eu queria saudar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal pela maneira imparcial como tem dirigido os trabalhos, na minha ótica, até este momento. E como de alguma maneira salvaguarda o ultrapassar de questões que são meramente políticas, para questões que enveredam em muitos casos, como algumas intervenções que tenho estado a ouvir, já pelo cariz pessoal. Nós responderemos taco a taco a estas questões, se o senhor não souber conduzir as operações. Mas como o senhor tem sabido ser um Presidente da Assembleia Municipal extremamente imparcial, eu quero saudá-lo por isso.

Eu quero também testemunhar a coerência do meu companheiro Tiago Botelho, ao ausentar-se da sala, porque tem razões suficientes para o fazer. Entendeu que era este o momento oportuno, é o líder da bancada e, portanto, ausentou-se no momento em que entendeu que era efetivamente oportuno.

Os ataques dirigidos à coligação que governou o país anteriormente, não podem ser álibi para que o Partido Socialista não consiga resolver as questões básicas e fundamentais no aspeto das reformas que o país

necessita. E no campo da saúde, nós estamos hoje já confrontados com um problema neste Governo, que a nível financeiro ultrapassa já os mil milhões de euros, que não se sabe onde irão buscar, para resolver as questões do tal Serviço Nacional de Saúde.

O que nós aqui viemos dizer esta noite é muito simples. Está aqui claro que nós pedimos a intervenção da Assembleia Municipal de Faro para que entenda que a Administração dos Hospitais do Algarve deve ter competência para contratar diretamente todos os profissionais que tenham que ser substituídos, pelo que essa confiança e essa delegação de competências tem de ser dada pelo Governo.

Eu admira-me que se façam aqui críticas ao modo como o Serviço Nacional de Saúde foi dirigido anteriormente, dado que o Ministro que ocupou a pasta foi o Ministro escolhido por António Costa para ir pôr a Caixa Geral de Depósitos em condições. De modo que não deve ter sido assim tão mau, no seu Ministério, para que agora se venha dizer aquilo que se diz relativamente à questão como a coligação anterior dirigiu o Ministério. Porque o homem até é chamado pelo Partido Socialista, e está a fazer um grande trabalho na Caixa Geral de Depósitos!

O que está aqui em causa, Sr^a. Deputada, e eu quero-lhe dizer a si muito claramente, que teve aí algumas palavras pouco dignificantes para esta bancada, que ainda não dirigiu desde o seu início, porque deve ter reparado, se não esteve cá na anterior e nas anteriores, que é composta por gente diferente da que esteve até agora, porque tem gente competente, gente honesta, gente sábia e que está aqui disponível para efetivamente contribuir para que o município avance... muito bem, posto isto, a senhora teve aí alguns comentários relativamente à minha pessoa que são ofensivos e que eu hoje vou deixar passar em claro, mas na próxima responder-lhe-ei na mesma moeda. Não vou fazê-lo agora, porque estamos ainda numa situação de temporização porque os problemas do concelho são suficientemente grandes para que estas questões das moções se ultrapassem a este nível.

Portanto, o que nós queremos dizer aqui, apenas e só, é que durante a governação anterior havia competências dadas ao Conselho de Administração do Hospital, que resolveu muitas questões de pessoal

durante esse período. E se não sabe, eu devo dizer-lhe que o Conselho de Gerência do Hospital de Faro tinha competência para a realização de concursos e para a solução das questões que se levantavam a esse nível no Hospital de Faro. A verdade é que o Sr. Ministro da Saúde, que aqui veio logo no início do mandato, prometeu alterar esta situação. Porque a senhora sabe tão bem como eu, que recorro ao Serviço Nacional de Saúde, que o Hospital de Faro, nas condições em que está a funcionar não pode continuar. Há quem lhe chame o Hospital da morte e nós não queremos isso. E portanto, o Sr. Ministro, que a senhora está aí a dizer, ainda veio cá. O Sr. Primeiro-Ministro passou pelo Hospital de Faro e portanto, as questões do Hospital de Faro com estas passagens não se resolveram até agora.

Portanto, o que nós queremos dizer nesta moção, apenas e só, é relativamente aos enfermeiros. Passou-se uma situação muito clara, isto é: os enfermeiros que estavam definidos pelo anterior Governo para irem para os Centros de Saúde, só agora é que se está a verificar isso. E numa altura, no pico do síndrome da gripe, esvaziar os Hospitais de enfermeiros.

E o que nós queremos aqui dizer é que, não tendo o Partido Socialista, este Governo... E eu aqui, Sr. Deputado Agulhas, vou respeitá-lo muito ainda, porque o senhor também fez comentários pouco abonatórios relativamente a esta bancada e eu sustento aqui que devemos estar todos numa postura de desenvolvimento do concelho e não nos colocarmos nesse tipo de ataques, e portanto, também relativamente a si, vou deixar passar hoje em claro, porque quem me conhece e já trabalhei com vocês, não tenho medo nenhum de o dizer, conheço-vos bem, sei o trabalho que fazem no país, mas isso não desculpa ataques deste tipo. Portanto, a única coisa que quero aqui dizer é isto: esta moção quer repor uma situação que foi retirada à Administração do Hospital de Faro. Isto é, o Hospital de Faro, durante o mandato anterior e pelo Ministro que vocês levaram para a Caixa Geral de Depósitos (pelos vistos é muito bom), nós dávamos competência ao Conselho Geral do Hospital para resolver estas questões. Essa competência neste momento foi retirada, o Conselho de Administração do Hospital de Faro não tem essa competência e, portanto, na sequência disso, o que nós aqui estamos apenas a pedir é que o

Governo delegue novamente no Conselho de Administração do Hospital de Faro essas competências. Não estamos a dizer mais nada, nem estamos a inventar nada do outro mundo, nem estamos a ofender ninguém, nem estamos a dizer aquilo que o senhor deputado disse, que estamos aqui a questionar e a introduzir coisas falaciosas. Não é nada disso, estamos a ser muito claros nesta moção: “passa-se isto, queremos resolver”, antigamente estava resolvido, queremos resolver da mesma maneira.

Portanto, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu sou tão emocional e tão efusivo nestas questões como alguns deputados aqui desta Assembleia, tenho estado recatado para ver se o desenvolvimento do município se faz, como os senhores também querem e andaram a dizer durante muitos anos. Mas queremos efetivamente levar isto para a frente, em consonância com a Câmara, como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal muito bem aqui está a fazer, pelo menos das duas vezes que eu aqui vim, e quero saudá-lo por isso.

Ataques pessoais dirigidos ao Presidente da Câmara, como no passado, dirigidos a membros desta bancada, serão respondidos efetivamente com ataques pessoais. Agora, questões políticas de fundo, que é aquilo que nós queremos aqui discutir, estamos completamente disponíveis para o fazer.

Esta moção, a ser aprovada, repõe apenas uma situação extremamente favorável ao Conselho de Administração do Hospital e mais nada.

Disse.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Eu gosto muito da emoção. Eu, aliás, acho que a política não é uma récita, é desassossego, mas não creio que tenha havido aqui nenhum ataque pessoal que levasse à necessidade de ter uma intervenção durante esta noite, acho que isso não aconteceu. Portanto, vamos voltar ao debate, que o debate é bom, vivo é muito bom. E eu renovo o apelo para a capacidade de síntese.»

O membro da AM, Carlos Vargas (PS) – «Para não falar em questões pessoais, falava em questões políticas. No ano de 2012, no pico da gripe,

morrerem 700 pessoas nos bancos de urgência dos Hospitais em Portugal. Isto é político, não é pessoal.

Depois, também indo ao encontro daquilo que a minha camarada disse, de facto, se o Conselho de Administração anterior do hospital tinha essas competências, não se percebe porque é que não resolveu e agravou a situação. Porque foi precisamente nesse período que deixou de haver ortopedistas, foi precisamente nesse período que os enfermeiros foram-se todos embora trabalhar para Inglaterra. Como a minha camarada já disse, o Ministério da Saúde da altura ofereceu três euros à hora, inferior ao que ganha uma empregada de limpeza. Não estão recordados disso? Não podem ignorar!

E em política, como em tudo na vida, o único critério de verdade é a prática. E a prática do PSD e CDS, na saúde, não vos deixa grandes créditos para vir para aqui defender coisas deste tipo. É mesmo assim. Isto não é uma questão de estar a servir-me do passado, ou estar a argumentar com o passado. Também não vou ao ponto de dizer aquilo que o Sr. Deputado Gameiro Alves disse, que estas pessoas que aqui estão hoje são umas pessoas honestas, são umas pessoas cultas. Então as pessoas que estavam antes não eram honestas nem cultas?!

Relativamente à moção, não há dúvida nenhuma, e contrariando aquilo que disse o Sr. Deputado Gameiro Alves, não se pode passar uma esponja sobre o passado, que o passado é muito recente. E o passado do PSD e do CDS, na área da saúde, deixou marcas, sequelas. Sequelas muito, muito, graves, que vão ser muito difíceis de sarar, mesmo com o grande sacrifício e o grande espírito de empenhamento deste Governo e deste Ministro da Saúde.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Não obstante a amizade que temos um pelo outro há mais de 40 anos, que o respeito muito como sabe, mas não posso deixar de dizer que o passado não vai resolver o futuro, relativamente às políticas do Partido Socialista. E portanto, o que nós queremos discutir é o presente, e aquilo que eu aqui disse é a verdade dos factos. Nós estamos a propor aqui uma questão apenas para resolver uma situação pontual do Hospital Central de Faro, não estamos a inventar

mais nada. E portanto, meus senhores, não venham querer resolver os problemas, ainda, com as questões do passado. O Governo já lá vai, o homem já foi para casa, foi neste fim de semana. As pessoas que aqui estão e as que estiveram são todas efetivamente iguais, mas eu quis chamar a atenção para uma questão que para mim é muito fundamental: primeiro saudei o Presidente da Assembleia Municipal, e volto a dizer, nem sequer o conheço bem, pela maneira simpática e democrática como tem dirigido os trabalhos; em segundo lugar, o meu companheiro ausentou-se, de uma maneira tão coerente que lhe presto homenagem.

A questão da moção reduz-se pura e simplesmente a isto que já acabei de referir e não me quero alongar, na sequência do que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal nos está a pedir que é contenção.»

O membro da AM, Berta Dias (PSD) – «Eu gostaria de comentar com o Sr. Deputado Botelho Agulhas que a moção não é sobre o país, é sobre o Hospital de Faro. E com a Sr^a. Deputada Tatiana Gouveia, que fez algumas afirmações incorretas – os enfermeiros já foram colocados nos Centros de Saúde de Faro, neste momento já se encontram nesses Centros.

Em segundo lugar, o que se comenta aqui nesta Assembleia é que no Hospital de Faro o número de enfermeiros que saiu não foi repostado, portanto, ficou a zeros.

Em terceiro lugar, os que concorreram não correspondem aos que tomaram posse. O que é que isto significa? Conclui-se que o número de concorrentes aos Centros de Saúde de Faro é diferente do número que ocupou as vagas, e que os que ocuparam as vagas, por seu lado, desistiram por diferentes razões. Portanto, também o próprio Centro de Saúde reduziu o número por várias razões.»

O membro da AM, Botelho Agulhas (CDU) – «Agradeço o esclarecimento, mas eu percebi, percebi perfeitamente, até porque Faro é país, e as mazelas provocadas pelo Governo do seu Partido foram a todos os níveis. E é esta a razão que nos prende.

Nós, como já disse, não estamos disponíveis para dar cobertura a demagogias. Estamos preocupados, não só relativamente à questão do Hospital de Faro. A colocação de enfermeiros foi-nos colocada em muitos sítios. Inclusivamente até uma outra situação, que também aconteceu com o Governo no seu Partido e com o tal Ministro que sabe tudo e mais alguma coisa, relativamente ao Centro de Reabilitação de São Brás de Alportel. Quando houve aquele problema todo, que era privado e nós entendemos e propusemos na Assembleia da República que devia ser público; entretanto não havia e não tinham outro remédio, e foi feita uma proposta concreta pelo Partido Comunista, no sentido de dotar aquela unidade dos meios que ela tinha antigamente, em número e em qualidade, para poder prestar um serviço de qualidade e foi despoletada uma verba para enfermeiros. Levou um ano e os enfermeiros não chegaram porque a verba não foi despoletada. E há mais coisas por aí...

E já agora dizer-lhe que também temos algumas situações neste momento, dessa forma. E nós vamos levantá-las na Assembleia da República e por isso é que andámos de Centro em Centro, de Hospital em Hospital, a saber, de facto, o que é que se estava a passar. E de tudo aquilo que nós colhemos, vamos fazer um relatório e vamos apresentar, vamos fazer perguntas ao Governo e apresentar um Projeto de Resolução. Portanto, é assim que se trabalha e é desta forma que nós trabalhamos.

Portanto, em relação à vossa moção, já lhe disse que é por esta razão, aliás, já fizemos isto de outras vezes, portanto não é de estranhar. Mas de qualquer das formas, agradeço o esclarecimento.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Não há mais inscritos, apenas o membro Francisco Soares pediu para intervir e eu vou-lhe pedir que seja muito sintético. Muito obrigado.»

O membro da AM, Francisco Soares (PSD) – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só queria dizer que, culpados à parte, diferenças ideológicas à parte, não deixemos que aquilo que nos divide, ao fim e ao cabo, seja mais forte e que com isso se prejudiquem as populações, se prejudiquem os farenses, se prejudiquem os doentes, se prejudiquem os algarvios.

Eu queria fazer aqui um apelo, para que em matérias tão importantes como a saúde – e aquilo que está aqui em causa é dar uma margem de manobra maior ao Hospital, ao nosso serviço público de saúde – não fizéssemos disso finca-pé, e deixássemos para trás tudo aquilo que foi aqui argumentado, sobre se o Eng.º Sócrates teve mais culpa ou se teve mais culpa o Dr. Passos Coelho, que eu penso que isso não releva nada para aquilo que está aqui em discussão. O apelo que faria aqui era um apelo de união a favor das populações do Algarve. Muito obrigado.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Vamos passar à votação da moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Pela atribuição de confiança à Administração dos Hospitais do Algarve.”»

VOTAÇÃO

Votos a favor – 13 (10PSD; 02CDS; 01MPT)

Abstenções – 02 (01BE; 01PPM)

Votos contra – 16 (12PS; 03CDU; 01PAN)

Face ao resultado obtido na votação, a referida moção foi rejeitada, por maioria.

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – Declaração de voto «Só queria fazer uma declaração de voto muito rápida, para dizer que nós temos que aprender com os erros do passado. E as últimas eleições em Faro, Autárquicas, vieram demonstrar que alguém deve aprender com os erros do passado e não continuar a mantê-los, sob pena de, no futuro, terem mais desilusões.»

O Presidente da Assembleia Municipal - «Tem a palavra o membro da Assembleia Augusto Taveira, para apresentação da sua primeira moção.»

O membro da AM, Augusto Taveira (BE) – «A **moção** não tem título, mas é sobre a **precarização do trabalho**.

Antes de ler a moção, gostaria só, se me dão licença, de fazer mais um apelo ao Sr. Presidente da Câmara. Já da outra vez trouxe aqui o problema das piscinas e de algumas valências que não estão a ser ainda

oferecidas ao público, agora juntou-se mais o tanque da hidroginástica, que as pessoas pagam ao mês e não estão a ser servidas.

Relativamente à **Moção**:

“A precarização do trabalho tem sido a marca da degradação das relações laborais nos últimos anos. Não apenas no setor privado, mas também no Estado, disseminaram-se múltiplas modalidades de emprego precário e multiplicaram-se vínculos não permanentes, falsas prestações de serviço, utilização de estágios para preencher necessidades permanentes, formas de intermediação laboral precarizadoras, o recurso a programas ocupacionais para preencher, com um custo muito reduzido, verdadeiras necessidades permanentes dos serviços.

Também nas autarquias foi assim. O artigo 19º da Lei do Orçamento do Estado para 2016 determinou a realização do levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública. O relatório sobre esse levantamento foi divulgado a 31 de janeiro de 2017, revelando a dimensão desta realidade. No que diz respeito à Administração Local e ao Setor Empresarial Local foram identificados, à data de 30 de junho de 2016, 12738 trabalhadores enquadrados por Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção +, 1048 estagiários enquadrados pelo regime jurídico de programa de estágios profissionais da Administração Local (PEPAL) que consta do Decreto-Lei nº166/2014, de 6 de novembro, 5772 prestadores de serviços (os designados recibos verdes), 4532 contratos a termo resolutivo na Administração Local e 2149 no setor empresarial local.

Com o referido Relatório estabeleceu-se também que a Direção-Geral da Administração Local (DGAL) deveria proceder a um levantamento junto das autarquias locais, até 31 de outubro de 2017, das funções desempenhadas ao abrigo dos instrumentos de contratação a que se referia o mencionado documento.

Em dezembro de 2017, foram conhecidos os dados reportados à DGAL, nos quais os organismos da Administração Local reconheciam haver 15758 trabalhadores precários a assegurar funções permanentes, dos quais cerca de metade, (46,6%) são desempregados com contratos

financiados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O número – indicado pelas Câmaras, Juntas de Freguesia, empresas locais, serviços municipalizados e entidades intermunicipais – representa 14% do total dos trabalhadores do setor local.

O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), é mais do que uma oportunidade, um repto para que finalmente sejam respeitados os direitos mais elementares dos trabalhadores que garantem os serviços públicos. Todos os organismos públicos, na Administração Central ou Local, são chamados a cumprir a lei, regularizando as situações de precariedade.

Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários do Município.

A Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, prevê os procedimentos do processo de regularização e integração dos trabalhadores precários do Estado, em que se incluem as autarquias locais e os seus diversos organismos: Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados, Entidades Intermunicipais, Empresas Locais, Juntas de Freguesia.

Ora, tendo esta Câmara Municipal respondido, em outubro passado, ao inquérito realizado pela parte da Direção-Geral da Administração Local, trata-se agora de concretizar a regularização de todas essas situações, dando cumprimento a um objetivo da maior importância: o restabelecimento da normalidade no que às relações laborais no setor público diz respeito.

Assim, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em 19 de fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Faro:

- 1) A divulgação, num prazo máximo de 3 dias, dos dados remetidos pela Câmara Municipal à Direção-Geral da Administração Local relativos à existência de vínculos precários na autarquia, discriminando o tipo de vínculo, a categoria profissional e as funções desempenhadas;
- 2) A implementação de um processo de regularização de todos os vínculos precários existentes da autarquia, recorrendo aos mecanismos previstos no PREVPAP e conforme previsto no n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017;

- 3) Na execução do processo de regularização, deve a Câmara prever, conforme previsto no n.º 5 do artigo 3º daquele diploma:
- a) uma fase para apresentação de requerimentos pelos interessados, aberto a todos os trabalhadores com vínculos precários, com vista a requerer a sua inclusão no processo;
 - b) a definição de uma comissão paritária, composta por representantes da Câmara Municipal e dos trabalhadores, com a missão de avaliar as situações a regularizar. Esta comissão deve debruçar-se sobre os casos que resultam da apresentação de requerimento e outros que sejam sinalizados algum dos seus membros;
 - c) um prazo máximo de 2 meses para análise dos processos e abertura dos procedimentos concursais que possam ter lugar;
- 4) Até à conclusão do processo de regularização, travar o despedimento de todos os trabalhadores em situação de precariedade, renovando ou impedindo a cessação de qualquer vínculo não permanente e que possa ser apreciado para regularização.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «O Sr. Presidente da Câmara quer dar uma informação relevante. Eu considero que é relevante para este ponto, mas eu pergunto de novo se algum membro da Assembleia se opõe.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Sr. Presidente, eu não me vou opor à intervenção do Sr. Presidente, não é esse o princípio, mas também não podemos é, de facto, sempre que há uma moção, o Sr. Presidente pede para intervir. Está bem... isto nunca foi uma regra que foi estabelecida ao longo destes anos... e eu também não vou aqui... se o Sr. Presidente tem até alguma informação que possa completar, mas não sei se está a ver o sentido da coisa, pode subverter, portanto, a discussão que nós estamos aqui a fazer, com todo o respeito.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Basta que me diga, se entende que nesta discussão o Sr. Presidente da Câmara não deve intervir e não intervém.»

O Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado, Sr. Presidente, pode ter a certeza que é a última vez que intervenho sem ser interpelado.

É só para dar uma nota que eu já disse isso, salvo erro na última reunião da Assembleia Municipal onde estive presente: nós não temos precários na Câmara, nestas circunstâncias. Só isto.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Sr. Presidente, muito obrigado.

Sem hipocrisias, o PREVPAP é uma boa oportunidade e em boa hora veio apresentado por este Governo. Nada a dizer em relação a isso, temos que assumir as coisas quando são boas, esta é uma decisão pertinente e que em boa hora o atual poder tomou. Porque há pessoas, todos os conhecemos, que estão infelizmente nesta situação, antes ainda da Troika, portanto de 2008, 2009... Eu conheço pessoas que estão em situação precária há uma década. E portanto, ainda bem que toda a gente está de acordo, ou foi possível reunir os apoios suficientes, para que neste momento se tome esta decisão.

Eu não apenas daria – e dei – o meu assentimento a que o Sr. Presidente se pronunciasse, mas eu ia fazer ao contrário: eu ia precisamente pedir o esclarecimento que o Sr. Presidente acabou de prestar, porque, de facto, este programa vem em boa hora para resolver muita coisa, mas felizmente não na Câmara Municipal de Faro porque não é necessário.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Botelho Agulhas (CDU) – «É para dizer que nós vamos votar a favor da moção, até porque concordamos completamente com os considerandos e com a proposta de deliberação. E também porque nós sempre temos estado empenhados em ajudar a terminar este flagelo da precariedade. Contribuímos para a lei que está expressa no OGE, e para esta que agiliza o processo e integra mais rapidamente estes trabalhadores. E, como já foi dito, de facto é uma boa lei e é necessário que se ponha em prática. Portanto, esta luta tem que continuar, porque as coisas às vezes ficam na lei e pronto. Vamos continuar até que se concretize completamente.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não quero esvaziar aqui o debate na Assembleia Municipal, até porque, em relação a esta matéria, já o Sr. Presidente tinha dito, numa das Assembleias Municipais, que não havia precários na Câmara.

Segundo ponto: o PREVPAP veio resolver uma série de situações, que não existem nesta Câmara, mas em outras Câmaras existem. Portanto, até é possível que haja nas Juntas de Freguesia, não sei... Mas a questão é: o princípio da moção está correto, mas não se enquadra muito nesta discussão, em termos locais, a partir do momento em que a moção até aponta dois meses para a Câmara resolver este problema, quando não existe este problema em termos de Faro. A questão é só esta. Nós não ficamos aqui entalados em relação a esta moção, nós vamos votar a favor da moção, não tem qualquer problema, mas ela é inconsequente.»

O membro da AM, Augusto Taveira (BE) – «Obrigado.

Eu agradeço o esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara e estou disponível para retirar este ponto que agora foi referido pelo Deputado Carlos Alberto. Uma vez que se ele garante que os trabalhadores não estão nestas condições, aceito a retirada deste ponto, dos dois meses de processos de abertura.

De qualquer modo, eu penso que em termos gerais a moção tem validade e portanto mantenho-a.»

O membro da AM, João Beles (PAN) – «Tivemos a confirmação do Sr. Presidente da Câmara de que não há nenhum caso na Câmara. Eu gostaria de saber se nas Juntas de Freguesia, pelo menos na Junta de Freguesia do Montenegro, que até eu sair de lá ainda havia casos desses, gostaria de saber se nas Juntas de Freguesia a situação é idêntica à da Câmara de Faro.

Obrigado.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Só para clarificar. Esta não é uma moção de apoio ao PREVPAP, esta é uma moção a pedir à Câmara que diga quantas pessoas estão e depois que cumpra a Lei. Porque o

ponto dois e três, o a), o b) e o c) e o ponto quatro é *ipsis verbis* aquilo que está na Lei. Portanto, aquilo que está a dizer é: diga lá quantas pessoas há e cumpra a Lei.

Portanto, esta moção, a partir do momento em que o Sr. Presidente nos disse que não há ninguém, não faz sentido. Esta moção devia ser retirada. Portanto, se não foi retirada, nós votamos contra porque é inconsequente. É só isto. Muito obrigado.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Eu penso que o Bloco de Esquerda manteve a moção, à exceção da alínea c) do ponto três.

Vamos então passar à votação da moção do Bloco de Esquerda, à exceção da alínea c) do ponto três, que foi retirada.»

VOTAÇÃO

Votos a favor – 17 (12PS; 03CDU; 01BE; 01PAN)

Abstenções – 01 (PPM)

Votos contra – 13 (10PSD; 02CDS; 01MPT)

Face ao resultado obtido na votação a referida moção foi aprovada por maioria.

O membro da AM, João Beles (PAN) – «Eu não fui esclarecido em relação a se as Freguesias estão também regularizadas.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Sr. Membro João Beles, há uma questão que posso facilitar: nós não podemos obrigar ninguém a responder, eu não vou obrigar nenhum membro da Assembleia a responder; aquilo que posso fazer é, se pretender, no final da Assembleia pedir aos serviços da Assembleia para enviar para as Juntas de Freguesia um pedido de esclarecimento sobre a questão que colocou. É aquilo que posso efetuar como Presidente da Assembleia Municipal.

Podemos então passar à segunda moção que temos ainda para discutir, apresentada pelo Bloco de Esquerda.»

O membro da AM, Augusto Taveira (BE) – «Vou ler a moção.

“Moção

Pelo clima aprazível e simpatia da nossa gente, Portugal, e em particular, o Algarve, tem sido destino de cada vez mais turistas nacionais e estrangeiros, que optam pelo caravanismo e autocaravanismo, sendo que o concelho de Faro não foge à regra.

Caravanas e autocaravanas proliferam, tanto na cidade – nomeadamente no Largo de São Francisco – como na zona costeira, com destaque para o parque de estacionamento da Praia de Faro e imediações.

Não havendo um parque destinado especificamente a este tipo de viaturas, os respetivos proprietários estacionam onde podem. De entre eles, há os que respeita o ambiente, mas também há quem – perdoe-se-nos o termo – se ‘desenrasque’ como pode. Não são de somenos os gastos, para o Município, com abastecimento dos depósitos com apreciáveis quantidades de água pública. Mais grave, do ponto de vista ambiental, é o despejo das cassetes do esgoto, por exemplo, em terrenos, em condutas destinadas águas pluviais ou, até, diretamente na Ria Formosa.

À satisfação das justas aspirações de quem opta pelo caravanismo e autocaravanismo, acresce o facto de esta modalidade de turismo ser um fator de animação da economia local.

Preocupados com o estacionamento, anárquico e sem condições, de caravanas e autocaravanas, na nossa última campanha eleitoral autárquica indagámos, junto de entidades competentes sobre a possibilidade de resolução do problema, tendo sido informados de que já havia estudos nesse sentido, faltando apenas a sua concretização.

Tendo em conta o anteriormente exposto, a Assembleia Municipal de Faro, reunida a 19 de fevereiro de 2018, delibera recomendar à Câmara Municipal de Faro:

- O desenvolvimento de esforços no sentido da criação, em local/locais apropriado/s, de um ou mais parques pagos para regular o estacionamento de caravanas e autocaravanas, com oferta de todas as condições dignas para os amantes desta modalidade de turismo.”

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Mais uma vez, boa noite a todos.

O autocaravanismo é um problema, não só a nível local, mas a nível nacional. O nosso país não estava preparado para o volume que houve de autocaravanas a nível nacional. É uma forma de fazer turismo. Não muitas vezes, mas às vezes já tenho ido também em autocaravana a alguns sítios e sei as dificuldades que as pessoas passam quando vão em autocaravana, não só em Portugal, mas em todo o lado.

Cingindo-me aqui ao que nos interessa, que é Faro, posso-vos dizer que concordo plenamente com aquilo que foi aqui exposto e que existem dois sítios nevrálgicos com este problema. O primeiro é a praia de Faro.

A praia de Faro é um sítio que, por excelência, está nos roteiros das autocaravanas para estacionar. À noite vamos ao parque de estacionamento dentro da Praia e não há sítio para pôr um carro, porque aquilo está, mesmo no inverno, lotado de autocaravanas. E no parque exterior (o parque novo), que apesar de não ter muitas condições continua a estar lotado, mas não só à noite, também durante o dia.

No outro dia, na minha casa, a minha filha pequenina teve uma frase muito engraçada, que disse assim: “pai, eu nunca reparei que havia ali uma aldeia!”. E quando ela me disse aquilo, ela apontou, e era só o parque que estava repleto de autocaravanas.

Posta esta situação, na Praia de Faro e no estacionamento principal dentro da praia acontecem várias coisas. Mas há aqui uma situação que é difícil de ser contornada, que é o seguinte: a partir do momento que uma autocaravana esteja estacionada num só espaço e que não tenha nenhum toldo posto, janelas abertas ou os calços debaixo das rodas, a autocaravana não está a infringir nenhuma lei, é um veículo como outro qualquer que está estacionado numa zona que é permitido estacionar. A partir do momento em que qualquer uma destas situações esteja à mostra, pode ser autuado pelas autoridades.

Agora há aqui outra coisa. Colocar um sinal de proibido a passagem de autocaravanas na ponte, não pode acontecer, por esta questão: esse sinal

não existe. Portanto, se o sinal não existe no Código da Estrada não vale a pena pôr lá o sinal, eles ignoram-no porque sabem que ele não existe.

Outra coisa que acontece ali é que, diariamente, são violadas as infraestruturas da Câmara Municipal de Faro. São litros e litros e litros de água, que são pagos pelos cidadãos farenses, de depósitos que são atestados de autocaravanas; mais ainda, são danificados os autoclismos, porque eles retiram a parte do autoclismo para meter dentro dos bidons.

Outra situação é o cheiro nauseabundo que se encontra ao pé do elétrico, que faz com que as pessoas que têm ali negócio não consigam estar na zona.

Mas o que eu estou a dizer não é a imputar nenhuma culpa à Câmara Municipal de Faro. É ir de acordo com aquilo que o Sr. membro da Assembleia do Bloco de Esquerda disse, que temos que arranjar uma solução para um problema, regular aquilo que está a acontecer.

Então na cidade, no Largo de São Francisco, acontece muitas vezes haver autocaravanas a ocupar mais do que um lugar de estacionamento. Se em Faro já temos um problema de estacionamento, se ali estamos a criar outro problema de estacionamento vai ser pior.

Portanto, em Faro eu acho que temos dois sítios e facilmente isto pode ser resolvido. Um, é o Parque Ribeirinho. É um sítio bonito, que tem sido pouco utilizado e que facilmente são criadas infraestruturas para que as autocaravanas possam estacionar ali.

O segundo, este mais difícil e menos aprazível talvez para as pessoas, será criar uma zona nova perto do Cais Novo. Como aquela zona também vai ser reabilitada pode ser que isto seja pensado logo num conjunto de se fazer para ali qualquer coisa.

Na Praia de Faro, tentar arranjar uma forma que as autocaravanas não entrem na praia. Vou-vos dizer que em França o que eles fazem é colocar uma cancela, que a partir de uma certa e determinada altura não podem entrar, o que não é exequível na Praia de Faro, porque senão todos os carros, não pesados mas ligeiros, que vão abastecer os hotéis e os restaurantes também não poderiam entrar; portanto, isso não vai ser possível colocar ali, por enquanto. Mas a solução seria, no parque exterior,

dar condições a essas pessoas, que é: pôr lá um ponto de luz ou vários pontos de luz, que seriam pagos, água e um sítio para eles despejarem as suas cassetes, salvaguardando evidentemente o meio ambiente. Porque não pode ser despejado, como vocês sabem, uma cassete daquelas de uma forma qualquer, tem que haver alguma solução que as pessoas entendidas não sabem.

No outro dia, vi eu umas pessoas estarem (por acaso até eram franceses, podiam não ser, mas eram, até me admirei serem franceses) a jogar a cassete dentro da ria. E eu fui lá e disse-lhe: “você, no seu país não faz isto, você não pode estar a fazer isto aqui”. E o que acontece é que a polícia não intervém de forma alguma. Quando estamos parados em França ou em Espanha, num sítio turístico, com uma autocaravana durante a noite, eles vão lá bater à porta e se estivermos efetivamente a dormir vamos ter que sair daquela zona.

Portanto, é preciso que isto seja regulado e arranjar soluções. A gente quer cá os autocaravanistas, mas que eles estejam de acordo com a lei e que tenham sítio onde possam estacionar efetivamente os seus carros. Disse.»

O membro da AM, Pedro Valente (CDS) – «Boa noite, Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes na sua pessoa.

O Manuel Mestre acabou aqui de referir uma situação que já se arrasta há bastante tempo, e referiu aqui com bastante conhecimento de causa, aliás, ele verificou crimes ambientais e outras situações bastante negativas, quer para a praia quer para nós cidadãos farenses.

Mas este problema tem aqui uma parte também, que penso que com a criação deste parque poderá ser bastante positiva para a cidade. Nomeadamente, a título de exemplo, hoje passei em Albufeira e existe lá um parque na Praia da Falésia e por acaso, como hoje tínhamos aqui este tema, parei para observar e tinha, assim a olho nu, cerca de 200 autocaravanas paradas, que pagam cerca de 10 euros por dia para lá estarem. O comércio local ali nas imediações estava aberto, havia várias lojas abertas, tive o cuidado de perguntar a algumas pessoas, nomeadamente lojistas, se aqueles caravanistas compravam algumas coisinhas, eles disseram-me que sim, *souvenirs*, vão aos bares, à

restauração, ou seja: promovem o turismo numa altura do ano que combate a sazonalidade, porque o pico do caravanismo é no final do inverno e no princípio da primavera. Portanto, este vetor de combate à sazonalidade pode ser bastante aproveitado por nós, em virtude de o autocaravanismo e o caravanismo já atingirem dois milhões de dormidas por ano, a nível nacional, o que representa cerca de 2%. Nos últimos cinco anos, no Algarve, aumentou cerca de 80% e a criação deste parque, com condições para as pessoas exercerem o seu turismo de caravanismo e autocaravanismo em condições legais, só tem a trazer melhorias significativas, quer a essas pessoas que nos visitam, quer para a cidade. Por isso, vamos acompanhar e vamos votar a favor.»

O membro da AM, Steven Piedade (PSD) - Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro – «Sr. Presidente obrigado, boa noite. Na sua

pessoa cumprimento a Mesa, o Executivo, Deputados, digníssimo público.

Foi com atenção que ouvimos a apresentação da moção e o grupo municipal do PSD concorda com o exposto pelo Bloco de Esquerda.

É um facto que Faro tem vindo a crescer o seu turismo, está neste momento no roteiro, e ainda bem, para todo o comércio, quer local, quer regional. É também um facto que, de há três anos para cá, o número de caravanas e autocaravanas no concelho de Faro tem aumentado. Existem dois locais identificados, não reúnem as condições necessárias para poder receber e dar dignidade a nível de eletricidade, de água e tudo mais; o grupo municipal sabe que o Município e algumas Juntas têm elaborado alguns estudos nessa área, nomeadamente, e daquilo que me diz respeito, a Freguesia de Montenegro já por duas vezes tentou implementar um parque na zona da praia de Faro, só que não era exequível devido à maresia, portanto, não conseguimos que o equipamento durasse mais de dois anos.

Também sabemos que este turismo, nomeadamente na zona da Freguesia de Montenegro, é o sustento de todo aquele comércio local durante a época baixa. E como aqui já foi dito, quer pela bancada do CDS quer pelo MPT, que existem condições e temos que criar condições para receber este turismo. Portanto acredito, e sabemos que o Executivo Municipal está a

trabalhar nesse sentido, que muito em breve haja uma solução que dignifique e melhore as condições deste turismo. Por isso mesmo, vamos votar favoravelmente. Obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, Sr. Presidente.

É um assunto que está na ordem do dia, acho que há aqui alguma oportunidade em relação a esta moção e queria aqui fazer um desafio em termos de futuro, pois passado é passado. Isto é um nicho do mercado que está a crescer e isto tem regras, o autocaravanismo tem regras, e há um livro sobre esta matéria ao nível dos roteiros em toda a Europa. E em relação ao caravanismo, é por isso que Faro é bastante conhecido em relação ao Parque de Campismo de Faro, que ainda está nessa rota do caravanismo.

Portanto, é verdade que esta situação não pode continuar. Como já aqui foi dito, temos caravanas no Parque Ribeirinho, no Largo de S. Francisco, no parque de estacionamento junto da Praia de Faro, na Praia de Faro, portanto é altura de disciplinar e de criar condições. Não sei se essas condições podem ser criadas com o Município ou se por um particular. Agora, é um mercado que está a crescer, é um mercado que normalmente vem na época baixa e faz consumo. Mas não podemos é continuar com esta situação em relação à Praia de Faro, de facto com o despejo das cassetes nas sarjetas, pela sujidade que fica lá, a ocupação do espaço público, em relação ao Largo de S. Francisco, e eu subscrevo na totalidade aquilo que foi dito pelo Sr. Mestre. Agora, o Parque Ribeirinho não! Caravanas no Parque Ribeirinho não, por favor. Tenho dito.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Vou ser muito rápido, e saudar em primeiro lugar a proposta, que é extremamente importante, finalmente uma proposta totalmente relacionada com a autarquia, durante esta noite. E para lembrar que é importante que os parques de caravanismo tenham, pelo menos, árvores. É impressionante como é que o Parque de Campismo da Ilha de Faro funcionou, durante estas décadas todas e ainda funciona e está completamente esgotado, sem uma árvore, estão as palmeiras do lado de fora.

Queria lembrar também que, no parque exterior à Ilha de Faro, foram plantadas finalmente umas arvorezinhas que estão a crescer, portanto só daqui a alguns anos é que poderão ter uma zona provável para ter estacionamento de caravanas, mas que vai alterar toda a disposição que era para automóveis, portanto tem que haver um Plano de Pormenor, e esse Plano de Pormenor vai também decidir a localização.

Perguntar se o Parque de S. Francisco, que é junto ao Castelo de Faro, é o sítio ideal para ter trinta caravanas? E no parque exterior da Ilha de Faro, estão já seguramente quarenta caravanas e daqui a mais uns dias vão estar cem pessoas ali estacionadas. Portanto, tem que haver uma limitação de lugares, escolher estrategicamente os sítios, e afastado dos sítios que não são de modo nenhum indicados, o caso do Largo de S. Francisco, que tem vários monumentos, que não são nacionais mas que deviam ser, como o caso do Castelo.

Eu acho que o Passeio Ribeirinho é extraordinário para caravanismo, estão lá seis caravanas. Eu passo lá quase todas as semanas. Seis caravanas ficam bem, há lá um sítio próprio e não há depois afluências de esgotos e de consumos de água exagerados. Obrigado.»

Seguidamente passou-se à votação da presente moção.

VOTAÇÃO

Votos a favor – 31 (12PS;10PSD;2CDS;1MPT;1PPM;1BE;1PAN;3CDU)

Abstenções – 00

Votos contra – 00

Face ao resultado obtido na votação, a referida moção foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia Municipal – «Pedia ao membro Augusto Taveira para fazer a apresentação da última moção que temos para discutir.»

O membro da AM, Augusto Taveira (BE) – **Moção** “Está a aproximar-se o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Apesar das muitas conquistas já alcançadas, muito há ainda a fazer pela igualdade entre mulheres e homens, em Portugal e no Mundo.

Em Portugal os problemas vão desde as diferenças salariais até à violência doméstica, passando pelos preocupantes resultados do recente estudo da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) sobre a violência no namoro.

Por esse mundo fora muitos passos têm de ser dados para a libertação das mulheres, desde a eliminação da mutilação genital feminina - que acontece, ilegalmente, também em Portugal, no seio de algumas minorias étnicas - até à justiça que, em muitos países é extremamente discriminatória e penalizadora das mulheres. Não fossem diários os mais vis atropelos e diríamos que os mais recentes exemplos terão sido o da jovem palestina presa por, de mãos nuas, ter afrontado soldados israelitas fortemente armados, ou o da jovem iraniana enforcada por, em legítima defesa, ter causado a morte ao seu estuprador.

Mas há uma réstia de esperança quando há sempre alguém que resiste, quando há sempre alguém que diz não. As mulheres iranianas que se atrevem a resistir contra a imposição do véu, cada vez mais apoiadas, mesmo por homens, são exemplo, de resistência e de coragem.

A Assembleia Municipal de Faro, reunida a 19 de fevereiro de 2018, saúda o Dia Internacional da Mulher e aprova um voto de solidariedade com todas as mulheres em luta pela igualdade de direitos, em Portugal e no Mundo.”»

O Presidente da Assembleia Municipal - «Abrimos o período de discussão.»

O membro da AM, Catarina Marques (CDU) - «Relativamente a esta moção do Bloco, é claro que o PCP acompanha e irá votar favoravelmente. Aproveitamos também para saudar as mulheres que, no país e no mundo, tanto defendem os seus direitos e lutam por uma vida melhor, e iria fazer aqui apenas dois a três acrescentos à moção, do nosso ponto de vista. Por um lado, os direitos que as mulheres têm conseguido são resultado da luta de várias gerações de mulheres; e depois, a moção fala, e bem, da

questão dos salários e da discriminação salarial, mas também há outras questões que têm que ser resolvidas no nosso país, nomeadamente a função social da maternidade e da paternidade, a questão do apoio às famílias com filhos menores de idade, ou pelo menos até à idade dos doze, treze anos. Porque agora coloca-se aqui uma questão que está em discussão, que tem a ver com a escola a tempo inteiro, e muitas vezes as crianças passam muitas horas na escola, porque os pais também não têm direitos do trabalho que lhes permitam acompanhar as crianças. E, portanto, valorizar os salários sim, as reformas e as pensões também, porque as mulheres são mulheres a vida toda.

Depois em relação à questão da violência, acompanhamos completamente, inclusive, reforçando a proteção e o apoio a vítimas de violência. Não só as mulheres, mas também raparigas, como foi aqui dito em relação à violência no namoro, e combater de forma firme a mercantilização do corpo da mulher.

Depois, também há uma série de questões que poderiam ter vindo assinaladas, como o direito à saúde, à segurança social, à justiça, à habitação, aos transportes, à rede pública de apoio à infância e aos idosos. Porque, no fundo, todos os direitos que se conquistem para um povo, são automaticamente transferidos para as mulheres e, portanto, permitir-lhes-á uma vida melhor e uma vida mais digna.

Acrescentar só aqui uma outra coisa: a moção do BE fala aqui de um estudo que foi feito pela União de Mulheres Alternativa e Resposta, a UMAR, mas também dar nota que o Movimento Democrático de Mulheres, o MDM, fez um trabalho no país inteiro, em várias escolas dos distritos do nosso país sobre, precisamente, esta questão da violência no namoro, porque apercebeu-se que os jovens assumem um estalo, uma agressão física com uma grande naturalidade, como fazendo parte da relação de namoro. E isso é uma violência, e portanto, acrescentar que o MDM tem feito um trabalho a esse nível, e também no que diz respeito ao tráfico sexual e outras questões como as que também já invoquei aqui.

Portanto, o PCP acompanha claramente esta moção e aproveitar também para dizer que, no dia 10 de março, irá decorrer em Lisboa uma manifestação de mulheres. Mulheres que vão à luta pelos seus direitos e

que, apesar de a vida não ser fácil, arregaçam as mangas para ir trabalhar e para cuidar dos filhos e da família e algumas, como as que estão aqui, ainda estarem cá até à uma da manhã também como representantes políticas em cargos políticos. Portanto, convidar a todos, não só as mulheres, as mulheres e os homens, obviamente, a estarem presentes nessa manifestação do dia 10 que também é uma forma de dar força à luta das mulheres, mas também à luta do povo português e dos povos. Obrigada.»

O membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada Sr^a. Presidente em exercício, na sua pessoa cumprimento a Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caras e caros colegas membros da Assembleia Municipal, digníssimo público.

Esta é uma causa próxima ao Partido Socialista. O Partido Socialista orgulha-se do seu papel pioneiro e determinante na promoção da igualdade de género e não discriminação. Foi com o PS que nasceu a lei da paridade a despenalização da IVG, entre outras. A igualdade de direitos de oportunidades e de responsabilidades encontra-se na agenda política atual em lugar de destaque. Veja-se a Lei n.º 62/2017, que entrou em vigor em janeiro de 2018 e que obriga a um regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das empresas públicas e empresas cotadas na bolsa.

Claro que está ainda muito trabalho por fazer, mas caminhamos para o objetivo maior, que é a plena igualdade, pois acreditamos que na plena igualdade entre homens e mulheres existe a verdadeira justiça social.

Logo, o Partido Socialista acompanha esta iniciativa do Bloco de Esquerda, e votará favoravelmente este voto de solidariedade com todas as mulheres pela igualdade e direitos de oportunidades e responsabilidades.

Muito obrigada.»

O membro da AM, Marta Correia (PSD) – «Muito obrigada, Sr^a. Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Em pleno século XXI ainda debatemos esta clivagem de direitos entre o homem e a mulher, seja no âmbito das condições laborais, do acesso a

cargos públicos, da discriminação religiosa, dos atentados à liberdade sexual, da igualdade de direitos económicos sociais e morais. Os sucessivos atentados cometidos contra as liberdades e direitos das mulheres são, de facto, atentados contra os direitos dos homens e não nos permitem por isso evoluir enquanto sociedade nem humanidade. Continuarmos permissivos com esta violação é validar todo o crime praticado contra os nossos descendentes. Pelo exposto, a bancada do PSD vota favoravelmente esta moção.»

Seguidamente passou-se à votação da referida moção.

VOTAÇÃO

Votos contra – 00

Abstenções – 01 (PPM)

Votos a favor – 30 (12PS; 10PSD; 2CDS; 1MPT; 1PAN; 1BE; 3CDU)

Face ao resultado obtido na votação a referida moção foi aprovada por maioria.

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – «Sr.^a Presidente em exercício, no âmbito do artigo 36º, alínea c) do regimento da Assembleia Municipal, bem como pelo artigo 41º alínea n), considerando que a moção do Partido Socialista não pôde ser aceite por questões puramente regimentais, gostaria então de fazer uma declaração política, caso me dê a palavra nesse sentido.»

A Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Tem a palavra.»

O membro da AM, Tatiana Gouveia (PS) – Declaração política

«Considerando a falta de ação em conservação, cuidados devidos e a recuperação de equipamentos integrantes nos blocos habitacionais propriedade do Município ou nas áreas comuns dos mesmos em prejuízo da sua utilização normal ou em condições de segurança dos seus arrendatários e utilizadores;

Atendendo à necessidade de reabilitar as habitações e promover a regeneração urbana das áreas e à vida das comunidades, assim como a qualidade do espaço envolvente e integração social;

Sendo evidente a carência de fogos habitacionais de cariz social ou a custos controlados para os agregados familiares mais debilitados em termos económicos ou pela sua composição;

Porque nos anteriores mandatos não houve a capacidade, nem a vontade, de promover a resposta habitacional com base na (in)ação do municipal e, ainda mais o cumprimento dos deveres, investimentos diretos em obras e intervenções manifestamente fundamentais para a qualidade do uso à contrário das necessidades;

E porque, muito em particular no último mandato, de balde as deliberações para reagir em tempo a tais necessidades e à dotação dos meios orçamentais para o seu cumprimento com resposta efetiva às situações, considerando as disponibilidades financeiras acrescidas que advieram à gestão pública local pelo esforço dos munícipes;

A bancada do Partido Socialista declara que espera que:

1) em tempo, o executivo municipal, contemple a afetação de meios, recursos nas próximas revisões orçamentais para, imediatamente, suprir estas necessidades e carências para a recuperação dos fogos, edifícios e urbanizações a seu cargo, nomeadamente nos bairros habitacionais sob sua gestão da Carreira de Tiro, Atalaia e Santo António do Alto, João Negrão Belo e da Nossa Senhora da Saúde;

2) e preveja também antecipadamente a execução dos projetos de execução em falta para o lançamento dos programas habitacionais viáveis na Nossa Senhora da Saúde, Montenegro, Estoi e Braciais para se responder às carências habitacionais mais prementes, assim como ao realojamento dos pescadores na praia de Faro.»

O membro da AM, Nuno Esteves (PSD) – «Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostava de salientar aqui o modo como se transformou uma moção numa declaração política e como se consegue utilizar este regimento – que, realmente, se calhar carece de uma revisão. Se calhar agora podemos continuar aqui a noite toda com outras moções, mas que não entram dentro do período da ordem do dia. Gostaríamos muito de estar a discutir este ponto, mas assim não dá para discutir.»

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 02

Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público.

Usaram da palavra:

O Município António Mateus – «Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente de Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados municipais, secretariado, digníssimo público.

Espero cumprir na íntegra os 5 minutos de tempo de antena.

Ora, vamos falar um pouco sobre aquilo que realmente eu não aceito. Os abandonados à sua sorte na capital de distrito de Faro. A Segurança Social e a área social da Câmara Municipal de Faro, deixo aqui o alerta ao Senhor vereador (ele por acaso até nem está cá) Carlos Baía que tem este pelouro, mas está o nosso presidente Rogério Bacalhau para poder responder. Temos que deitar mãos à obra, aos quarenta e dois abandonados, segundo consta, e comprovado por mim. É do meu conhecimento. Não se pode aceitar o apoio quando faz frio, chove, trovoadas, estes seres humanos têm que ter apoio todo o ano. Já afirmei nesta assembleia: siga-se o exemplo da Sua Excelência o Presidente da República, Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, um verdadeiro combatente de forma comprovada.

Depois temos aqui um descalabro, que é grave, para não dizer gravíssimo, que é o Centro Hospitalar Universitário do Algarve. Tem uma doença cancerosa este Centro Hospitalar, mudaram-lhe o nome, mas continua tudo como dantes, ou pior. A saúde nesta unidade continua doente. Apelidando as urgências, continua a ser o chamado corredor da morte. Falta de médicos, pessoal de enfermagem e muito mais se acrescenta. Os médicos estagiários encontram-se nesta unidade, por vezes, sem meios ao seu alcance a fim de poderem dar resposta aos seus doentes. É desta forma que se pretende dar uma imagem positiva da saúde pública na nossa região? Por vezes, leva-me a acreditar que o senhor ministro da Saúde Doutor Adalberto Campos Fernandes está distante desta realidade comprovada na nossa região. Não aceito que seja analisada desta forma cruel, há tantos anos.

E fica aqui um apelo a este povo. A descentralização não resolve os problemas da região, mas pretende-se sim a regionalização.

E porquê? Vamos ouvir as populações, em democracia, pois funciona desta forma a liberdade de expressão do povo. Acho que é uma forma aconselhada.

E quando se fala no Hospital de Faro, eu perdi há pouco tempo lá um familiar direto (o meu sogro) por falta de assistência. Está aqui a prova real mataram-no lá dentro, foi morto lá dentro. De forma comprovada.

Depois vamos falar aqui de uma associação bastante conhecida como a ARPI, em que eu sou o associado número 7050. E acontece que esta associação – e é do conhecimento do Sr. Presidente Rogério Bacalhau, porque eu tive uma reunião com ele em privado e coloquei-lhe esta questão – esta associação meteu a pata na poça. E porquê? É simples. A Câmara Municipal de Faro doou, e veio à Assembleia Municipal para aprovação uma doação feita pela autarquia de 274 metros quadrados, na Praceta S. Tomé e Príncipe, para o efeito de construir na parte superior do edifício existente, com mais o prolongamento desses 274 metros quadrados, um lar para quarenta e duas pessoas. Tudo mudou. E porquê? Mudou porque o senhor Presidente atual, Dr. Bento Serra, achou que devia mudar. Da seguinte maneira: a ARPI entrar com 500 mil euros, num milhão, numa associação de caridade também, de solidariedade melhor dizendo, sócio-cultural do Montenegro, com o investimento da ARPI nesse valor. Só que o Estado português investiu passa de 4 milhões de euros naquele espaço, e a ARPI entrando lá dentro com 500 mil euros, e com uma dívida de 100 mil euros da atual direção liderada pela senhora presidente Maria Berta, a ARPI vai tapar o buraco. Mas vai tapar o buraco de uma forma extremamente séria para os munícipes e para os contribuintes, porque vai alterar tudo aquilo que prometeu à Câmara Municipal de Faro e à pessoa do Dr. Rogério Bacalhau, que fosse construído o referido lar na Praceta São Tomé e Príncipe. E isto não é verdadeiro. E está aqui assinado pelo senhor presidente da Câmara Municipal de Faro, Rogério Bacalhau, o despacho na altura, que confere uma área de 274 metros quadrados que foram cedidos à ARPI. Sabe, essa

área está a ser utilizada pelo transporte da ARPI, um autocarro e uma viatura ligeira. Isto não é a forma correta de estarmos.

E eu, como associado da ARPI condeno e na última assembleia votei contra, porque realmente enganaram a Câmara Municipal. E não é digno que realmente esta instituição de que eu faço parte – não faço parte da direção, mas sou associado – tivesse utilizado estes modos de trabalho menos corretos a favor daqueles que muitas vezes necessitam daquilo que é o apoio que deve ser dado com dignidade, mas não enganarem as pessoas.

Boa noite e muito obrigado.»

O Município Carlos Brito – «Sr. Presidente se me permite, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Gostaria de direcionar esta pergunta diretamente ao Sr. Presidente da Câmara. O Sr. Presidente da Câmara prometeu e fez o alcatroamento da Rua António Aleixo, mas o Sr. Presidente da Câmara alterou de facto toda aquela estrutura que ali estava, ao fazer este alcatroamento.

Sr. Presidente da Câmara, eu gostaria de perceber qual a razão que levou a, no entroncamento entre a Rua António Aleixo e a dita Rua das Avestruzes, no entroncamento criarem-se três zonas de estacionamento, que por sua vez, quem vem dessa dita Rua das Avestruzes fica sem visibilidade quando os carros estão estacionados. Eu pergunto se isto é possível dentro do Código da Estrada?

Gostaria também de perguntar ao Sr. Presidente Rogério Bacalhau, relacionado com a Rua do Parque Infantil (a rua de acesso à APPC), dado eu ter dito aqui, ainda como membro desta casa, que iriam colocar sacos de cola nesta dita rua e o Sr. Presidente ficou exaltado quando eu o disse; o que é certo é que não foi nada mais do que isso. Foram colocados sacos de cola na Rua do Parque Infantil, que dá acesso à APPC, onde todos os dias estas pessoas, com grandes dificuldades de mobilidade, que se deslocam para o centro do Montenegro têm uma vala com mais de um metro e vinte de altura, que está a céu aberto entre o alcatrão e aquela dita rent-a-car que foi autorizada dentro daquela zona urbanizável, que tem um metro e vinte, digo, e que está a pôr em causa qualquer cidadão

que ali circula, muito mais estas pessoas da APPC que se deslocam à noite aos bares no Centro do Montenegro, com muitas e muitas dificuldades. Qualquer dia... é dia! E eu pergunto o que é que o Sr. Presidente pensa fazer em relação a esta situação, que não é nova, já foi aqui referenciada muitas vezes?

Uma outra coisa que eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, não podendo direccionar esta pergunta ao Sr. Presidente da Junta, tem a ver com a Rua Carlos Paião. A Rua Carlos Paião tornou-se, desde a alteração da Sede da Junta de Freguesia para a Rua Carlos Paião, o caos total. Já pôs em causa várias vezes os transeuntes que ali circulam, não tem parque de estacionamento, as pessoas estacionam os carros na curva para se deslocarem para ir buscar um atestado, ou fazerem algo a nível da Junta de freguesia, seja correios, ou seja outro tipo de serviço. Isto é inadmissível.

Nós, autarcas, temos que ser os primeiros a dar o exemplo, não podemos criar situações desta natureza e dificultar a vida a todas as pessoas que ali circulam, residentes e transeuntes e que põem em causa a vida das pessoas, inclusive que circulam a pé, porque deixam de ter passeio. Porque o passeio desapareceu para se estacionar lá em cima e como não há lugar para estacionar, estaciona-se dentro da própria via, pondo em causa quem circula ali, porque está numa curva e de facto, isto cria algumas dificuldades e alguns embaraços.

Estas três perguntas, gostaria de ver respondidas pela pessoa do Sr. Presidente da Câmara.

Obrigado.»

O Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado.

Relativamente ao que o Sr. António Mateus referiu, acerca dos sem-abrigo, eu volto a referir aquilo que há pouco referi e que provavelmente não ouviu. Os quarenta e dois sem-abrigo – e estes números, amanhã podem ser quarenta e três ou quarenta e um, porque de vez em quando há movimentações – são cidadãos portugueses, como todos nós, que estão perfeitamente referenciados pela nossa Ação Social, mas não só pela nossa Ação Social, aliás, por todo o grupo do NPISA, que é um grupo que

nós temos que acompanha esta problemática e que tem desde a GNR, a PSP, várias instituições sociais, que faz um trabalho com grande mérito, mas infelizmente sem resultados. Porque esta população de que estamos a falar, que tem as mais variadas problemáticas, tem os mais variados percursos de vida, recusa qualquer apoio, seja de quem for. Só para dar um exemplo, na última intervenção que fizemos relativamente aos picos de frio, eles recusam mantas, recusam um alojamento, recusam refeições quentes, alguns até com alguma agressividade.

Alguns deles – não conheço todos os casos, mas alguns, até pela situação, chegam-me diversos relatos – têm famílias e nem sequer o apoio ou a ajuda das famílias pretendem. Portanto, estamos a falar de uma população com características muito próprias e que, infelizmente, é muito difícil chegar junto deles. Quando digo chegar junto deles é no sentido de lhes prestar apoio, de lhes dar ajuda, de alguma forma os canalizar para um estilo de vida diferente daquela que eles de alguma forma adotaram.

Mas continuamos com esse trabalho, que não é de hoje é de muitos anos. Eu há pouco estava a comentar que, na década de noventa, quando estava na Pinheiro e Rosa, a primeira vez que tomei contacto com esta problemática foi porque tive lá uma turma que, no seu trabalho de turma, fez um trabalho sobre os sem-abrigo em Faro. E portanto, é um problema que não é de Faro, é mundial e que tem características muito próprias e que nós não conseguimos, de alguma forma, debelar ao nosso gosto.

Relativamente à questão da ARPI e da Associação Sócio Cultural do Montenegro, dizer que são duas instituições do concelho que nos merecem o maior respeito pelo trabalho que fazem e que o município não interfere nas suas opções do dia a dia, nas suas opções estratégicas. Está sim ao lado desta e de todas elas, para ajudar naquilo que for preciso para que eles possam de alguma forma desenvolver cada vez com maior atividade as suas problemáticas de ação.

Relativamente ao CHUA e à regionalização, não tenho que comentar as suas observações, mas ficam registadas.

A questão da Rua do Parque Infantil, nós fizemos aquela intervenção junto às garagens e, tirando alguma intervenção que os serviços tenham feito de

recuperação ou qualquer coisa do género, não tenho conhecimento que se tenha feito lá alguma obra, mas irei ver aquilo que está a referir.

Relativamente à questão da Rua António Aleixo, foi feita a intervenção e nesse entroncamento, cruzamento, como lhe quiser chamar, foi feita lá uma solução, que eu já lá estive e vai ser mudada porque não devia ter sido feita. Aquilo que ali está não faz muito sentido e dou-lhe razão. Os serviços já fizeram um novo estudo para aquela junção das duas ruas, e ela vai ser alterada, porque aquilo que lá foi feito não foi bem feito.

A questão da falta de estacionamento, é um problema que existe nas novas instalações da Junta de Freguesia, mas já existia nas antigas instalações. Nas outras era diferente, porque as pessoas estacionavam também em segunda linha, em terceira linha e como podiam. É um problema dos centros urbanos e que não sei se haverá alguma solução para aquela zona. Podemos sempre, no largo das traseiras, colocar lá alguns lugares de estacionamento para quem vai à Junta, mas isso é depois também estar a retirar aos moradores. Portanto pode ser estudado, mas não é certamente uma solução fácil e que de alguma forma agrade a todos. Porque, em particular ali no centro do Montenegro, a questão do estacionamento, em particular durante o dia, porque à noite não é tão complicado porque não há assim tanta população a viver ali naquelas ruas, mas, durante o dia é muito complicado.

Muito obrigado.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Vamos regressar aos pontos que temos ainda na ordem de trabalhos.

Eu recordo a Assembleia Municipal que nós temos ainda dois pontos da ordem de trabalhos: a nomeação de um representante de cada partido, coligação ou grupo de cidadãos eleitores representados nesta Assembleia Municipal para o Conselho Geral da FAGAR, e a apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal. E eu quero-vos perguntar se, porque estamos a falar quase à uma e meia da manhã e eu acho que em larga medida já ultrapassamos tudo o que está definido no regimento, portanto, quero-vos perguntar se mantemos a continuidade desta reunião para lá do que está no regimento, ou se agendamos uma segunda sessão

para continuarmos a reunião. Eu sei que o próximo ponto é muito rápido, o último ponto é informação do Sr. Presidente da Câmara.»

Os grupos municipais concordaram em prosseguir com a presente sessão, pelo que se passou ao:

PONTO N.º 04

Nomeação de um representante de cada partido, coligação, ou grupo de cidadãos eleitores representados na Assembleia Municipal, no Conselho Geral da FAGAR.

O Presidente da Assembleia Municipal – «Eu pergunto se todos os partidos têm um representante para indicar?»

O membro da AM, Botelho Agulhas (CDU) – «Nós fazemos chegar depois o nome, não temos disponível neste momento.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Mas o que convinha era que fosse o mais rápido possível para que nós pudéssemos entregar à Câmara Municipal.

Quer dizer, este ponto vai ter que passar para outra sessão, então... Aquilo que me explicam da Assembleia Municipal é que estes nomes nunca foram votados, cada partido indica, mas eu acho que o órgão tem que tomar conhecimento de quem são os nomes propostos. E portanto, não havendo capacidade para a indicação de todos os grupos municipais, este ponto é retirado e fica para agendarmos noutra sessão, porque eu só tenho aqui a indicação do Partido Social Democrata e do Partido Socialista.»

Os grupos municipais passaram então a indicar os respetivos representantes:

O membro da AM, Augusto Taveira (BE) – «Portanto, é João Carlos Pereira Peres Brandão.»

O membro da AM, João Beles (PAN) – «Sou eu próprio, João Lúcio Martins Beles.»

O membro da AM, Pedro Valente (CDS) – «Nós já enviámos para os serviços; sou eu: Pedro Gonçalo Custódio Valente.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Portanto, o nome é: Manuel Eurico dos Santos Mestre.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Também sou eu próprio: Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Portanto, a Assembleia regista já estes nomes, mas como compreendem este ponto terá que regressar à Assembleia Municipal de novo, porque não está concluído o processo.

Vamos então passar ao último ponto da ordem de trabalhos: Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal.»

Seguidamente passou-se ao:

PONTO N.º 05

Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c), do nº 2 do art.º 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente ao contencioso, foram resolvidos cerca de trinta e dois processos, portanto o número diminuiu relativamente àquilo que na última sessão da Assembleia tinha aqui referido.

Da informação financeira: a dotação da receita são cerca de 36 milhões, foi cobrada dois milhões e meio.

Sobre o endividamento de médio e longo prazo, fechámos o ano com menos de 25 milhões, neste momento está em 24.4 milhões o nosso endividamento de médio e longo prazo, aquilo que devemos à banca.

Da receita de capital, daquilo que é expectável cobrarmos um milhão e trezentos, foi cobrado pouco mais de cinquenta e três mil euros.

Na despesa de capital, para uma dotação de 8,8 milhões, está comprometido 6,4 sensivelmente; faturado pouco menos de meio milhão de euros; pagos quatrocentos e dezasseis e estão em dívida quarenta e nove mil euros. Deixar aqui uma nota relativamente a esta despesa de capital: em novembro nós tínhamos novecentos e oitenta e cinco mil euros de dívida e esta redução tem a ver com um acordo que fizemos em Tribunal, com a CME, que permitiu pagar um conjunto de dívidas que já vinham desde 2007/2008 e, portanto, neste momento a dívida que estava em contencioso está praticamente toda resolvida e neste momento o que devemos, em termos de capital, é cerca de quarenta e nove mil.

Na despesa corrente, dos pouco mais dos vinte e oito milhões que é a dotação, há quase vinte e dois comprometido; faturado pouco menos de dois milhões; está pago um milhão e meio e, portanto, há trezentos e vinte e seis mil em dívida, que é deste último mês.

Em termos da participação do Presidente:

- Em novembro tivemos a Feira de Chocolate, com grande êxito, realizado no mercado pela Ambifaro;
- Também uma grande exposição, com pintura barroca, cinco quadros, dois de Sevilha e três do Algarve.
- Participámos no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência;
- Tivemos a visita da Senhora Secretária de Estado da Habitação, a apresentar os novos incentivos à reabilitação;
- Participámos e celebrámos o 135º Aniversário dos Bombeiros Sapadores, no dia 1 de dezembro.
- Estivemos com o embaixador da República da Coreia (e sabem qual é).
- Foi plantado, na Alameda João de Deus, um clone do Freixo, numa parceria com a Universidade do Algarve, outras Universidades que clonaram o Freixo de Espada à Cinta.
- Fizemos o Natal sénior, no Teatro das Figuras e o Concerto de Natal na Igreja de São Pedro – e aqui uma palavra de homenagem ao Coral Ossónoba.

- Muitas atividades durante o Natal, com mais um “Farrobinha”,
- A passagem de ano com o nosso grande fogo de artifício;
- A Corrida da Água e o Prémio dos Reis, Corrida da Água que é a terceira e que este ano foi um êxito ainda maior do que o ano passado, teve muito mais participantes.
- Foi apresentado, pela terceira vez (salvo erro), a programação do Teatro Lethes no início do ano, para todo o ano. Isto é um esforço muito grande da equipa da ACTA, que está residente no Teatro Lethes, é das poucas companhias, não quero dizer que é a única, mas que consegue ter este trabalho de programar e apresentar no início do ano toda a sua programação para o ano, neste caso 2018.
- Convido-os, daqui a um ano, a passar pelo Teatro para ver os doze grupos de Charolas que existem no concelho e que desde as 14.30h até às 20.30h animaram o nosso Teatro.
- Reabrimos a Biblioteca Municipal de Faro, com uma renovação do interior que já merecia.
- Apresentou-se o PDM à cidade e, neste momento, está num período não formal de recolha de últimos contributos, porque a seguir será feita essa análise, haverá um texto que será submetido à Câmara Municipal e depois é que vai para apreciação pública formal e, a seguir, deverá ir à Câmara e à Assembleia Municipal. Até quinta-feira passada tínhamos já cinquenta e seis contributos para a proposta do PDM, que será analisado e respondido.
- Uma grande exposição no Museu Municipal “A Lucerna Através do Tempo”.
- Foi também apresentado uma coleção da Mariana Santos, também com muito êxito.
- O Dia Mundial de Luta Contra o Cancro teve a particularidade de homenagearmos o Doutor Santos Pereira, que como sabem faleceu se há um ano.

Muito obrigado.»

O membro da AM, João Beles (PAN) – «Sr. Presidente, a questão que eu quero colocar é a seguinte: assim como há pessoas de rua também há animais de rua, e continuam os animais que são atropelados que ficam estropeados; pergunto se os serviços da Câmara Municipal estão a pensar melhorar alguma coisa nesta área? Sei que está uma verba inscrita para a construção do centro de recolha de animais e gostava de saber em que ponto é que isso está.

E depois um outro aspeto que me parece muito importante: a Veterinária Municipal diz que não tem poderes para, no caso de um animal ser atropelado, ela resolver o assunto. Julgo eu que a Câmara deve encontrar, deve disponibilizar, uma verba para haver a hipótese de algum veterinário municipal que funcione no concelho agarrar esse processo e resolver o assunto.

E também uma coisa que nós gostaríamos de saber é: que associações de defesa de animais há no nosso concelho, e se essas associações estão disponíveis para agarrar processos que nos vão surgindo e que nós, como partido, não podemos resolver. Sei que no Fórum fizeram, agora no Natal, umas decorações em que uma série de associações vão receber verbas, ou já receberam, porque são verbas que são atribuídas para esse fim. Portanto, era em relação a isso que eu gostava que o Sr. Presidente me dissesse alguma coisa.

Em relação às pessoas, há um aspeto que me ressaltou das intervenções – e por termos falado aqui no doutor que já faleceu, este é um doutor que ainda está vivo, que é o doutor João Goulão – o doutor João Goulão foi vereador desta casa, está a fazer uma obra meritória, até elogiada internacionalmente, em relação à recuperação de drogados. Julgo que, já que se aproxima o Dia da Cidade, seria uma pessoa para a Câmara atribuir uma medalha, de ouro ou de prata, porque é uma pessoa muito válida e que passou por esta casa.

Um outro aspeto relacionado com a natureza, e que eu já venho a falar há uma série de tempo, é que elogio a obra que se fez na 125 na Rua Gordinho Moreira, mas na passagem para o Montenegro, nas Pontes de Marchil, aquilo continua a ser um perigo. E eu já várias vezes alertei vários Presidentes de Câmara, que se deveria fazer, ao lado daquele

pontão, um pontão de madeira em que os peões... e há muitos peões que vêm até ao Jumbo passear, muitos estrangeiros que passam ali e estão sujeito a levar uma pancada. Portanto, da parte de fora, poderia resolver-se esse assunto com uma passadeira em madeira.

Nesse próprio sítio, segundo me informaram, a Câmara Municipal pediu ao empreiteiro da obra que limpasse essa ribeira, porque essa ribeira estava cheia de canas. O que acontece é que limparam a ribeira, tiraram as canas, mas depois ficou um buraco, e agora a água não corre e está a apodrecer nesse local, está a apodrecer de tal maneira que vai até ao Hotel Ibis. As pessoas que utilizam o Hotel Ibis queixam-se que aquilo cheira mal, porque são águas paradas.

Na medida em que proximamente vai ser inaugurado a ligação do Passeio Ribeirinho ao Montenegro (finalmente), julgo que a Câmara deveria, pelo menos nessa parte, ou solicitar a quem de direito que mande o IBIS limpar aquilo ou por intermédio de Câmara, porque aquilo é uma zona muito mal cheirosa e que está a causar muitos problemas.

Julgo que vi numa fotografia que o Sr. Presidente esteve numa reunião da Associação Nacional de Municípios, sobre a limpeza das matas e a limpeza das casas. Gostaria que dissesse alguma coisa do que é que está previsto para Faro, quem é que vai fazer o quê e o que é que vai ser feito, em relação às limpezas não só da mata que nós temos aqui, o Pontal, o Ludo, com todos os problemas inerentes, mas também às linhas de água carregadas de canaviais, que são um perigo também para os incêndios. No Montenegro, então, são várias linhas que vão desembocar no Montenegro, gostaria de saber o que é que a Câmara Municipal de Faro está a pensar fazer.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de St.ª Bárbara de Nexe – «Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.

Gostaria de deixar aqui, mais uma vez, um apelo. Há poucos dias foi atropelada uma criança na estrada da Falfosa. Nós andamos a falar e a discutir o plano de mobilidade na cidade de Faro, que supostamente devia

ser no concelho de Faro, mas parece-me que está mais vocacionado para a cidade propriamente dita. Andamos a falar das pessoas andarem mais a pé, andamos a falar de se reduzir a velocidade automóvel, mas na parte rural do nosso concelho a Câmara felizmente tem avançado com obras de repavimentação de estradas, mas não há qualquer estudo de valetas e de bermas para as pessoas andarem a pé. E também não tem sido acompanhado de qualquer estudo de redução de velocidade nessas novas estradas. E o apelo que eu gostava de deixar ao Sr. Presidente da Câmara, é que nós pudéssemos ver esta situação de medidas de redução de velocidade, seja com passadeiras sobrelevadas, seja com semáforos de limitação de velocidade, nas estradas que estão a ser repavimentadas, antes. A criança que foi atropelada felizmente ficou só acho que com um pé partido, não foi assim nada de grave, mas antes que comece a acontecer mais outro tipo de fatalidades, acho que seria bastante pertinente nós podermos avançar com o estudo e com a execução, na prática, de medidas de redução de velocidade nos pontos mais críticos dessas estradas.

O segundo aspeto que eu gostava de referir é a questão dos abrigos de passageiros, nos transportes públicos. Os transportes públicos, no que é a parte rural de Faro, não é só Santa Bárbara de Nexe, em muitos sítios, mas muitos sítios mesmo, não existe qualquer tipo de abrigo para os passageiros. Nós sabemos que chove pouco, mas de vez em quando ainda chove, e algum dia, se calhar, chove muito. Também gostava de deixar este apelo: que se pudesse estudar com a Câmara Municipal esta situação dos abrigos dos passageiros. Já falámos nisto em diversas alturas nos últimos anos, diversas soluções, mas, de facto, nada andou para a frente.

E eram estas duas questões que eu gostava de deixar aqui, como apelo, para nós podermos ver num futuro próximo. Obrigado.»

O membro da AM, Carlos Alberto (PS) – «Obrigado, Sr. Presidente, vou ser muito rápido.

Em primeiro lugar, queria pedir desculpa, na discussão que houve com a participação do Sr. Presidente aqui nas discussões das moções. O Sr. Presidente penso que não entendeu bem a minha posição. Porque são dois

órgãos diferentes, há o Executivo e há a Assembleia Municipal e todos eles têm a sua independência e a sua participação de acordo com as regras definidas na lei.

A minha primeira é a seguinte: o PDM neste momento está numa fase de consulta pública, era bom que a Assembleia Municipal não fosse só confrontada já na fase final de todo este trabalho que é feito, depois é que a Assembleia Municipal vai discutir o PDM e vai dizer sim, ou vai dizer não. Portanto, já não vai ter nenhuma palavra em relação a qualquer proposta, a qualquer audição. Eu penso que era de bom-tom que se organizasse uma apresentação dos princípios gerais consignados na proposta do projeto do PDM, para que, de facto, os membros da Assembleia Municipal também possam participar e fortalecer as posições que venham a ser assumidas por parte da Câmara, em relação ao PDM.

Eu sei que isto é um documento muito técnico, mas também há aqui a componente política que é importante. A Lei 31/2014, de 30 de maio, da nova Lei da Bases da Política dos Solos e Ordenamento define em relação aos PDM e aos Planos de Pormenor e talvez fosse nesta discussão que nós pudéssemos aqui também ter uma participação, em termos dos núcleos das Ilhas Barreira no PDM. Portanto, do reconhecimento da importância do PDM contemplar estes núcleos habitacionais.

A segunda pergunta, eu queria ouvir do Sr. Presidente, qual é neste momento a situação do crematório.

Tenho dito.»

O membro da AM, Vítor Silva (PSD) – «Eu serei muito breve, Sr. Presidente.

Era só talvez realçar aqui um aspeto, na esteira daquilo que o Carlos Alberto há pouco disse, em relação ao PDM. Nós, no mandato anterior, aprovámos uma Comissão de Acompanhamento do PDM e essa Comissão de Acompanhamento, penso que está em vigor, a única coisa que tem que ser feita é nomear no mandato atual novos membros para que acompanhem a elaboração do PDM, com todo o benefício adviente dessa Comissão para a Assembleia Municipal de Faro. Eu penso que foi aqui aprovada por unanimidade e era reativá-la. Obrigado.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Rapidíssimo. É só deixar aqui uma pergunta, ou melhor, um pensamento. Cada vez chove menos, e temos aqui um recurso à nossa disposição que podemos ser pioneiros nisso. Queria deixar aqui uma pergunta, que é: se alguma vez pensaram numa central de dessalinização de água salgada, para ser mais um recurso? E ir pensando nisso, porque o futuro se calhar não está tão longe como como nós pensamos e temos o recurso aqui à porta para continuarmos a abrir as nossas torneiras e sair água potável.

Muito obrigado.»

O membro da AM, Carlos Vargas (PS) – «Aquilo que eu quero aqui falar prende-se com a atividade da Câmara Municipal.

Mas queria dizer ao Sr. Presidente e ao meu particular amigo João Manuel Gameiro Alves, que não vou falar sobre o passado. Ou por outra, vou falar sobre o passado, sobre o presente e sobre o futuro, porque a questão que eu vou levantar é uma questão transversal aos três mandatos do PSD aqui nesta Câmara. Quer os dois já decorridos, quer aquele que está a decorrer, e é a questão do crematório.

Em 2009, quando o Partido Socialista saiu desta Câmara, deixou preparado todo o processo, em condições para que fosse feito o concurso para a construção do crematório em Faro, por uma razão: é um equipamento que é necessário à região, mas também é um equipamento que é muito necessário particularmente a Faro. Atendendo a que está superlotado o cemitério da Esperança, que tem que se aguardar que se faça levantamento de corpos para enterrar outros corpos e atendendo a que o sistema de decomposição dos corpos no novo cemitério não tem funcionado como deve ser.

Mas por uma razão também: é que nos últimos anos tem-se assistido a que, por opção das famílias, ou por vontade do próprio, têm aumentado os funerais através de cremação. E isto faz com que as pessoas tenham que se deslocar para vários pontos do país, inflacionando grandemente o valor dos funerais, e esse era, já em 2009, um equipamento necessário. E como só pode, provavelmente por uma questão da rentabilidade, haver um na

região, ficando em Faro com certeza que era também um equipamento regional que contribuía para a afirmação da capitalidade da cidade.

O processo que estava preparado em 2009, o PSD só em 2011 o põe a concurso. Acontece que o concurso foi feito e, por qualquer motivo, que eu acho que foi por razões de caráter jurídico, não se concretizou. Mas os farenses receberam com grande surpresa, no final do ano 2017, que o crematório ia ser construído em Albufeira.

Na campanha eleitoral, o atual Sr. Presidente da Câmara (na altura, candidato) foi, no debate da ACRAL, interpelado pelo jornalista que moderou o debate, se o crematório não teria risco de sair de Faro. O Sr. Presidente da Câmara disse que não, que tinha sido feito um concurso, que estava a decorrer um problema de caráter jurídico ou contencioso com a empresa que tinha adjudicado a construção do crematório, mas que com toda a certeza o crematório viria para Faro.

A questão que se põe aqui é a seguinte (e como digo, é uma questão transversal desde o primeiro ao atual mandato do PSD nesta Câmara): é que a Câmara de Albufeira, de setembro de 2015 a 1 de dezembro de 2017, conseguiu o crematório para Albufeira. Acontece que na Câmara de Faro o PSD, em nove anos – de 2009 a 2018 vão nove anos – não conseguiu construir o crematório em Faro.

Reparem: estamos a falar de Faro, capital de distrito, e estamos a falar de Albufeira que, em dois anos, tem o processo feito, tem o concurso feito e tem o crematório adjudicado. O PSD e CDS, em nove anos, mesmo com os impedimentos judiciais ou jurídicos ou de contencioso, não conseguem fazer o crematório em Faro.

É altura para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, e é o sítio ideal para poder responder, porque duas conclusões se tiram daqui: ou o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo da Câmara abandonaram esta ideia de fazer o crematório em Faro, ou então isto só reflete desleixo, desculpe que lhe diga Sr. Presidente, incompetência, por aquilo que é necessário fazer pelos farenses. Porque não há explicação possível, que leve nove anos para conseguir fazer o crematório. Albufeira fez em dois.»

O membro da AM, Catarina Marques (CDU) – «Obrigada. É só um alerta, porque nós já falámos aqui várias vezes da Alameda João de Deus e da questão das árvores, inclusivamente já lá caiu um ramo, e eu há coisa de quatro ou cinco dias estava com os miúdos no minigolfe, a jogar, e continuam a cair cascos de árvore e parcelas de árvore. Houve uma que o som foi tão ensurdecedor que as pessoas que estavam ali a jogar até ficaram a olhar. E, de facto, aquilo é uma situação preocupante. Portanto, até que ponto a Câmara tem ali uma noção do estado em que as árvores estão, para depois não virmos aqui falar de alguma situação mais grave que possa acontecer. Era esse alerta. Obrigado.»

O membro da AM, Luís Neves (PS) – «Sr. Presidente, só um esclarecimento, com certeza estará atento: gostaríamos de saber se tem algum esclarecimento que nos possa prestar, face ao clima organizacional vivido pelos Bombeiros Sapadores e Bombeiros Municipais, neste preciso momento. Obrigado.»

O Presidente da Câmara Municipal – «Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relativamente às questões que foram colocadas:

A questão do Centro da Recolha Oficial, temos o projeto feito, penso que já recebemos o parecer da Direção-Geral de Veterinária, estamos a ultimar os procedimentos para lançar o concurso para a sua construção. Portanto, penso que dentro de algumas semanas esse procedimento será lançado.

Relativamente à questão do Dr. João Goulão, se não estou em erro (mas irei confirmar), a Câmara já o homenageou, penso que no mandado Eng.º Macário Correia, com a Medalha da Cidade. Ele já foi, e muito bem, homenageado por todo o trabalho que tem feito, de uma vida dedicada àquela problemática e é, sem sombra de dúvida, das pessoas mais avisadas relativamente à problemática da toxicodependência.

A questão da Avenida Gordinho Moreira e da passagem, sabemos disso, já se colocou a questão de fazer um passadiço. Há ali alguns problemas, porque do outro lado os terrenos que lá estão são privados e, portanto, teríamos que equacionar essa questão. Neste momento, não estamos a estudar essa questão propriamente, porque queremos fazer o projeto da

rotunda naquele local e, portanto, será depois equacionado nesse projeto. Porque a passagem ali, tendo em conta o pontão, é um passeio com pouco mais de meio metro e portanto não é o adequado, é evidente, para aquela zona, ainda por cima com o movimento viário que ali passa.

Relativamente à questão da água parada, ela está ali porque com aquela obra da Polis há ali uma parte que ficou entupida. Nós fizemos aquela limpeza, embora aquilo não seja propriamente da nossa responsabilidade, mas estamos atentos a isso; espero agora, quando a obra ficar pronta, que esse problema se possa de alguma forma resolver.

A questão das áreas de combustível florestais, nós estamos a trabalhar nesse campo. Ainda esta tarde tivemos uma reunião com o Sr. Ministro da Administração Interna, relativamente a essa questão. Os nossos serviços estão a trabalhar nisso, no sentido de alertar as pessoas para aquilo que têm que fazer e, em caso de as pessoas não o fazerem, ser o município a fazer, mas o primeiro responsável são os próprios proprietários. E temos uma equipa já, aliás, a nossa Proteção Civil com a GNR, a trabalhar nessa área. Falou aqui no Ludo; o Ludo não é propriamente da nossa área, mas estamos a trabalhar coordenadamente relativamente a essa questão.

Relativamente à questão dos animais e do apoio, nós temos quatro associações no concelho: a Animais de Rua; a PRAVI; SOS Animal e MAF. São as associações que estão a trabalhar no concelho, e muito bem, que fazem um trabalho muito bom e que de alguma forma complementam aquele trabalho que nós estamos a fazer também, juntamente com o Canil de São Francisco, que dá alguma resposta, não sendo a melhor, mas espero que logo que o centro de recolha oficial esteja pronto e que seja uma realidade, possamos passar para um patamar de resposta muito superior àquele que, infelizmente, damos neste momento e se não fossem estas associações, o problema seria muito maior.

Relativamente ao apoio financeiro, nós fizemos o regulamento do apoio ao associativismo, e ninguém se lembrou e este tipo de associações não está lá previsto. Nós fizemos, extra regulamento, alguns apoios o ano passado; iremos fazer, mas estamos a pensar fazer uma revisão ao regulamento do apoio ao associativismo para colmatar algumas falhas que na altura ninguém se apercebeu e que lá estão. Para além desta, o facto de as

associações ligadas à problemática dos animais não estar lá contemplada, outras situações também precisam de ser revistas. Mas vamos fazendo isso com apoios pontuais, à medida das possibilidades e das necessidades.

Relativamente ao que o Sr. Presidente Sérgio Martins disse, da questão das passadeiras, a vereadora está a fazer reuniões e vai fazer reuniões com os Presidentes de Junta, no sentido de fazer um levantamento de algumas situações. No entanto, nem sempre temos solução para isso.

A questão das passadeiras sobre-elevadas, nós não podemos pôr passadeiras sobre-elevadas em todos os sítios. Até porque há vias, por exemplo essa da Falfosa é uma delas, que são corredores de urgência e portanto, numa via onde frequentemente – à medida das necessidades, o ideal era que não fosse necessário, mas é – passam ambulâncias, colocar passadeiras sobre-elevadas é criar situações de perigo. Porque quando alguém vai numa ambulância, o facto de subir uma passadeira para muitas pessoas não tem influência ou pode não ter influência nenhuma (para além de obrigar também a uma redução de velocidade), para outras, se for problemas de coluna ou qualquer coisa é complicado. E portanto essas soluções passam por um maior civismo de todos nós e por algumas barreiras para obrigar a que esse civismo seja realmente efetivo. Portanto, temos que estudar algumas soluções, que não ponham em causa outras situações que advêm daí.

A questão das passadeiras, estamos a ver; a dos abrigos também, algumas situações já têm sido resolvidas, mas há ainda alguns casos a colmatar.

Relativamente ao PDM, no dia 12 de janeiro foi feita uma reunião aqui no Salão Nobre, de apresentação do PDM, para os Presidente de Junta, para o Executivo, porque os novos vereadores não tiveram contacto no último mandato com esta questão, e foram convidados também os líderes da Assembleia Municipal. Mas qualquer outra informação, qualquer questão que queiram, estamos disponíveis e a equipa do PDM que veio cá propositadamente (como sabem, é uma equipa que está sediada no Porto), veio cá nessa altura e não quisemos fazer esta apresentação que foi feita para todos antes de fazer essa mesma apresentação.

A questão dos núcleos das Ilhas Barreira no PDM é uma questão que temos que ver, porque nós não temos competência propriamente para isso.

A questão do crematório e respondendo logo à questão que o Sr. Carlos Vargas colocou: quando nós chegámos já havia um projeto, é evidente. Lançámos o concurso em 2011, é verdade! Levámos um ano, também é verdade! Mas também é verdade que quando cá chegámos a nossa prioridade não era o crematório. A nossa prioridade era manter a Câmara aberta e, portanto, lançamos em 2011. E como sabe, houve uma adjudicação, houve um contrato assinado, e veio aqui à Assembleia (não estava cá, mas provavelmente terá conhecimento disso), e depois a empresa rescindiu o contrato e indemnizou-nos com trezentos e nove mil euros. Portanto, este desleixo e esta incompetência... E depois lançámos outro, que foi impugnado e o tribunal agora mandou aquilo abaixo. E portanto estamos a preparar para vir aqui novamente e lançar novo concurso. São daquelas coisas de vida, do Código de Contratação Pública e destas situações todas, e o que é certo é que já lançámos dois e ainda não conseguimos ter. Se foi desleixo, se foi incompetência minha, assumo que provavelmente terá sido... mas vamos ver se consigo de alguma forma passar a competente, no futuro.

Depois o que disse o Sr. Deputado Manuel Mestre, acerca da central de dessalinização de água salgada, é um tema de que eu já ouvi falar, sei que houve já alguns estudos, não tenho conhecimento profundo deles, mas sim, até pela própria Universidade do Algarve, mas que eu saiba, nas Águas do Algarve nunca se levantou essa questão, que seria se calhar a entidade ideal ou certa para fazer isso, mas nunca passou deste tipo de conversa que aqui está. Até porque, até este ano (e estamos a falar do Concelho de Viseu, ainda por cima numa zona que provavelmente nenhum de nós pensaria que podia faltar a água), nós nunca tivemos um problema desse género. E no Algarve foram feitos nos últimos doze/quinze anos, acho que não chega a quinze, investimentos de monta, estamos a falar de cerca de quinhentos milhões de investimento, que nos permite hoje ter uma situação “confortável”, entre aspas (eu já explico porque é que digo entre aspas), situação essa que hoje nós não notamos nada, mas

se qualquer um de nós fizer aqui um *reset* e voltar há dez anos atrás, provavelmente lembrar-se-iam que em agosto a gente abria a torneira às seis da tarde, que era quando as pessoas começavam a vir da praia, e aquilo ou corria um fiozinho, ou não corria nada... Hoje, nós temos no Algarve, e no resto do país penso que é idêntico, a mesma pressão em janeiro, em agosto e em dezembro. Hoje temos essa situação resolvida.

Agora, se isto nos dá algum descanso e se em termos de infraestruturas nós temos algum conforto, em termos de reservas de água, neste momento, nós temos reservas de água para um ano, se não chover. O ano passado foi um ano particularmente difícil, porque as reservas desceram. O ano passado nós tínhamos nesta altura reservas para cerca de dois anos. Este ano, com alguma seca, com algum investimento nas agriculturas e por aí fora, as coisas baixaram um pouco. Ainda a semana passada estive nas Águas do Algarve a ver o relatório e temos reservas de água, se não chover rigorosamente nada, em termos de água potável para consumo na nossa torneira, para um ano ou pouco mais de um ano. Nós gastamos cerca de setenta mil milhões de metros cúbicos por ano; no Algarve as barragens aquilo que têm neste momento, são cento e poucos mil milhões. Isto daria ano e meio; porque é que eu digo um ano? Porque a partir de determinado nível nas barragens, a qualidade baixa e também não é possível gastar até à última gota. E portanto, a situação de água no Algarve é essa. Em Viseu, aquilo que aconteceu, aconteceu por uma, não digo má não é isso que está em causa, mas por uma gestão pouco amigável da zona.

Respondendo à Sr.^a Deputada Catarina, a questão da Alameda, esse estudo foi feito e já foram cortadas muitas árvores. Penso que pelo menos os técnicos que lá foram e aquilo que foi feito dá-me, pela confiança que tenho, descanso relativamente a isso. Nós estamos, com uma empresa que contratámos, a terminar o projeto de requalificação da Alameda e da Mata, são dois projetos de requalificação profundos que depois havemos de falar nisso. Mas essa situação está a ser acompanhada e já foram feitas várias intervenções, assim como em todo o concelho.

Relativamente à questão que o Sr. Luís Neves pôs, claro que estamos atentos. A questão dos Bombeiros Sapadores, foi feita uma mobilidade de

onze Bombeiros Sapadores, de 3ª classe para 2ª, aqueles que tinham formação e que a tinham feito até, salvo erro, 2009 e que não acederam na altura a Bombeiros de 2ª. Portanto, é isso que foi feito neste momento, vamos ver os passos que se seguem. Muito obrigado.»

O Presidente da Assembleia Municipal – «Muito obrigado. Não sei se temos mais alguma questão a colocar.

Não havendo mais questões a colocar, eu agradeço ao Sr. Presidente da Câmara o convite que nos fez a todos para daqui a um ano irmos ver as Charolas, ficamos a aguardar esse convite a todos os membros da Assembleia Municipal, quando chegar a altura.

Agradeço também ao MDM o convite que distribuiu a todos os membros da Assembleia Municipal, para as comemorações do Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março.

E agradeço a todos a presença, desejando a todos uma boa noite. Muito obrigado.»

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão.

Para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada.

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º. Secretário

O 2º. Secretário